

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO
FECAP

MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

ODILON FEITOSA DA SILVA NETO

ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA E SUA INFLUÊNCIA NAS
DECISÕES DE CONSUMO DE PRODUTOS FINANCEIROS
DE CRÉDITO

São Paulo

2015

ODILON FEITOSA DA SILVA NETO

**ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA E SUA INFLUÊNCIA NAS
DECISÕES DE CONSUMO DE PRODUTOS FINANCEIROS DE
CRÉDITO**

Dissertação apresentada à Fundação Escola de
Comércio Álvares Penteado - FECAP, como
requisito para a obtenção do título de Mestre em
Administração de Empresas.

**Orientador: Prof. Dr. Alexandre Di Miceli da
Silveira**

São Paulo

2015

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO – FECAP

Reitor: Prof. Dr. Edison Simoni da Silva

Pró-reitor de Graduação: Prof. Dr. Ronaldo Frois de Carvalho

Pró-reitor de Pós-graduação: Prof. Dr. Edison Simoni da Silva

Diretor da Pós-Graduação Lato Sensu: Prof. Alexandre Garcia

Coordenador de Mestrado em Ciências Contábeis: Prof. Dr. Cláudio Parisi

Coordenador do Mestrado Profissional em Administração: Prof. Dr. Heber Pessoa da Silveira

FICHA CATALOGRÁFICA

S586a	Silva Neto, Odilon Feitosa da Alfabetização financeira e sua influência nas decisões de consumo de produtos financeiros / Odilon Feitosa da Silva Neto. - - São Paulo, 2015. 74 f. Orientador: Prof. Dr. Alexandre Di Miceli da Silveira. Dissertação (mestrado) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP - Mestrado Profissional em Administração. 1. Finanças pessoais – Estudo de caso - Brasil. 2. Educação financeira – Estudo de Caso - Brasil. 3. Administração de crédito – Estudo de caso - Brasil. CDD 332.024
-------	---

ODILON FEITOSA DA SILVA NETO

**ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA E SUA INFLUÊNCIA NAS DECISÕES DE
CONSUMO DE PRODUTOS FINANCEIROS.**

Dissertação apresentada à Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração de Empresas.

COMISSÃO JULGADORA:

Prof.^a Dr. Regina Carla Madalozzo
INSPER Instituto de Ensino e Pesquisa

Prof.^o Dr. Eduardo Pozzi Lucchesi
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP

Prof.^o Dr. Alexandre Di Miceli da Silveira
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP
Professor Orientador – Presidente da Banca Examinadora

São Paulo, 28 de fevereiro de 2015.

RESUMO

A presente pesquisa procurou explorar o contexto e utilização de produtos financeiros de crédito no Brasil, considerando o recente cenário de inclusão financeira. Assim, o estudo buscou verificar a relação entre o grau de alfabetização financeira dos indivíduos e a qualidade de suas decisões ao consumir produtos financeiros de crédito. O estudo, ainda, discorre sobre os termos pertinentes ao tema e os principais produtos de crédito oferecidos atualmente pelas instituições financeiras que atuam no mercado nacional. Levando-se em consideração o objeto de pesquisa, o presente trabalho permitiu avaliar o grau de alfabetização financeira de 317 estudantes universitários entrevistados em uma universidade particular no centro da cidade de São Paulo no tocante à utilização de produtos de crédito. Por fim, o trabalho comprova que quanto maior o nível de alfabetização financeira, melhor são as tomadas de decisão pelos universitários no consumo de produtos de crédito, uma vez que eles optam por operações de menor custo.

Palavras-chave: Alfabetização financeira. Consumo financeiro. Crédito. Produtos financeiros.

ABSTRACT

The present research has sought to explain the context and usage of credit financial products in Brazil, considering the recent scenario of financial inclusion. Thus, the research has sought to verify the relation between the level of financial literacy of the individuals and the quality in decision making when consuming credit financial products. Also, the research discusses the relevant terms related to the theme and the main credit products recently offered by the financial institutions in the national market. Considering the focus of this research, the present work has allowed evaluation of the level of financial literacy of 317 university students interviewed in a private university in the city of Sao Paulo regarding credit usage. Finally, the work proves that the higher the financial literacy level, the better the decision making in credit products consumption by the university students is, since they make choices that involve lower costs.

Keywords: Financial literacy. Financial consumption. Credit. Financial products.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	10
2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	12
2.2 ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA.....	15
2.3 CIDADANIA FINANCEIRA.....	16
2.4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E GESTÃO FINANCEIRA.....	17
3 CONSUMO FINANCEIRO	19
3.1 PRODUTOS FINANCEIROS.....	20
3.1.1 Produtos Financeiros de Crédito.....	22
3.2 RELAÇÃO DE CONSUMO DE PRODUTOS FINANCEIROS.....	25
4 ESTUDOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO FINANCEIRA	31
4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	31
4.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E CONSUMO.....	33
4.3 DESEMPENHO ORGANIZACIONAL E PROFISSIONAL.....	37
5 DADOS DA PESQUISA	39
5.1 MODELO PROPOSTO.....	59
6 CONCLUSÃO	62
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PROPOSTO	71

1INTRODUÇÃO

A nova configuração socioeconômica do país acarretou o desenvolvimento dos mais numerosos e diversos produtos financeiros ofertados aos indivíduos. Tais fatores, como o aumento do consumo financeiro e da busca e o acesso a produtos de crédito produziram efeitos diversos na vida dos indivíduos e das famílias, de forma que, atualmente, a alfabetização financeira, ou a falta dela, passou a permear a vida de todos os indivíduos direta ou indiretamente.

Isto posto, o conhecimento financeiro dos indivíduos se subdivide em vida financeira, educação financeira, alfabetização financeira e cidadania financeira, respectivamente, a inclusão a utilização de recursos financeiros, o conhecimento adquirido capaz de gerar resultado financeiro benéfico, a aplicação de tais conhecimentos e, por fim, o exercício não somente de direitos financeiros, mas também das obrigações financeiras devidas.

Para o Hung, Parker e Yoong (2009), o que difere a alfabetização da educação financeira é a competência do indivíduo de aplicar bem os conhecimentos obtidos de forma a gerar uma maior qualidade de vida. Desta forma, pontua-se que obter conhecimento é diferente de necessariamente aplicá-lo.

Cabe ressaltar que a diversidade de produtos financeiros disponíveis no mercado requer a estruturação de conhecimento prévio à utilização destes, sem o qual se torna praticamente impossível escolher pelo produto que atenda às necessidades de cada indivíduo e não as de outros interessados.

A literatura consultada e a pesquisa de campo corroboram que muitos dos indivíduos não dispõem de conhecimento amplo sobre suas necessidades por produtos financeiros, gerando decisões baseadas em opiniões de terceiros, como amigos, familiares, pessoas de confiança, ou nas alternativas propostas e, muitas vezes, empurradas pelo mercado.

O relatório anual de 2010 da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) sobre a inclusão financeira relata que houve significativas alterações nos hábitos de consumo das famílias de menor poder aquisitivo. O cenário apresentado pela nova demanda favoreceu a “educação financeira voltada para as classes sociais ascendentes” e reforçou a necessidade de tal medida.

Apesar de as instituições financeiras vinculadas à Federação promoverem uma redução dos custos de transação para os clientes, ela reconhece que a “nova classe C” é constituída por pessoas que carecem de maior entendimento dos produtos financeiros disponibilizados pelas instituições bancárias, bem como dos conceitos inerentes ao manejo de dinheiro, crédito e poupança.

Com relação à utilização de produtos relacionados ao crédito ao consumidor, Lucci et al. (2009), em sua pesquisa sobre a influência da alfabetização financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos, concluiu que o nível de conhecimento financeiro das pessoas influencia a qualidade das decisões financeiras no que diz respeito à rolagem de dívidas de cartão de crédito.

No que concerne ao crédito, o maior benefício que a alfabetização financeira proporciona é a percepção de alternativas de consumo. Uma vez que as opções mais acessíveis ao consumidor não alfabetizado financeiramente são o cartão de crédito ou o limite do cheque especial (independentemente das burocracias e viabilidades), existe um senso comum de que estas são as mais rápidas e fáceis alternativas que o mercado lhe proporciona. Isto acontece porque muitos brasileiros sequer conhecem produtos como crédito direto, o crédito consignado ou, até mesmo, o parcelamento do montante devido. Analogamente, uma ausência de alfabetização financeira ocasiona uma diminuição do bem-estar social e, conseqüentemente, o baixo desempenho produtivo pode ocasionar sujeição à multas e juros desnecessários e custos adversos.

Apesar do desempenho financeiro ainda estar aquém das expectativas do estudo realizado sob a direção do Banco Central do Brasil, de acordo com a análise de Araújo e Souza (2012), maiores esforços no sentido de vencer a carência de educação financeira dos brasileiros propiciariam o desenvolvimento socioeconômico sustentável do país. Isto porque as pessoas poderiam planejar melhor suas vidas financeiras e envolver-se, possivelmente, em menores necessidades de crédito e, eventualmente, em continuidade de saúde financeira.

O grande desafio da educação financeira nacional motiva mais pesquisas sobre o tema no país e ambiciona promover o desenvolvimento do mercado financeiro com o aumento e difusão do consumo consciente de produtos financeiros por meio da análise do portfólio de produtos consumidos por estudantes

universitários visto que a maior simetria de informações aumenta a competitividade do próprio mercado.

Para tanto, o presente projeto tem como questionamento central a relação das escolhas de produtos financeiros de crédito de acordo com os níveis de conhecimento e alfabetização financeira dos entrevistados. No que diz respeito ao foco deste trabalho, pretende-se como objeto a alfabetização financeira relativa ao crédito dos consumidores de produtos bancários no país.

Nesta senda, o objetivo geral deste estudo é o de verificar a relação entre o grau de alfabetização financeira de indivíduos e a qualidade de suas decisões ao consumir produtos de crédito. Ainda, o trabalho tem os objetivos específicos de definir agrupamentos para níveis de alfabetização financeira; comparar o conhecimento específico de produtos financeiros e a decisão de consumo; e avaliar o impacto das variáveis exploratórias sobre os diferentes níveis de alfabetização financeira.

Para tanto, utilizou-se o método descritivo e, como instrumento de coleta dos dados utilizados, aplicou-se o instrumento de questionário. A pesquisa sondou, aleatoriamente, alunos de diferentes semestres e cursos de uma universidade particular no centro da cidade de São Paulo. Por fim, a metodologia do estudo analisou três perspectivas, a saber: o perfil de consumo financeiro, o perfil de conhecimentos financeiros e as escolhas relacionadas ao crédito dos indivíduos entrevistados. Assim, fez-se uso da estatística descritiva, da análise fatorial exploratória e, finalmente, da regressão pelo modelo probit. Ademais, o presente trabalho verificou a hipótese de que uma melhor qualidade da tomada de decisão é positivamente influenciada pelo nível de conhecimento de alfabetização financeira, ou seja, quanto maior o nível de alfabetização financeira, melhor é a tomada de decisão sobre o consumo de produtos financeiros de crédito.

Justifica-se a escolha do presente tema por sua relevância na compreensão do cenário atual e sua composição, bem como o entendimento das relações entre alfabetização financeira e o respectivo impacto nas decisões de consumo dos produtos financeiros de crédito. Considerando o recente crescimento de pesquisas na área de educação financeira, desde a crise financeira ocorrida no ano de 2008, pretende-se como contribuição que o estudo colabore para suprir, ainda que

parcialmente, parte das lacunas existentes sobre como a alfabetização financeira e outros fatores impactam o consumo por produtos financeiros de crédito.

Este estudo será subdividido em seis capítulos. O presente capítulo, introdutório, compreende a ambientação explanatória que justifica a importância da presente análise. Por conseguinte, o segundo capítulo objetiva uma elucidação teórica sobre os diferentes conceitos e termos pertinentes ao tema da educação financeira academicamente.

O terceiro capítulo, por sua vez, abrange o consumo financeiro no que tange aos diferentes produtos financeiros ofertados ao consumidor, com enfoque nos produtos de crédito e, ainda, ao próprio consumo de tais produtos em território nacional no cenário recente.

O quarto capítulo sintetiza um levantamento, realizado pelo autor da presente análise, das recentes pesquisas realizadas na área de educação financeira a fim de delinear a evolução do tema no âmbito acadêmico.

Já o quinto capítulo aponta os dados obtidos com a pesquisa realizada, bem como a análise dos resultados conseguidos por meio do tratamento estatístico.

Finalmente, o sexto e último capítulo deste estudo dispõe as conclusões obtidas por meio desta pesquisa bem como indicações para pesquisas futuras.

2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A vida financeira de um indivíduo consiste no conjunto e na forma como esta pessoa se desenvolve por meio da busca, apreensão e aplicação do conhecimento financeiro a partir do momento em que este indivíduo começa a tomar decisões de uso do seu dinheiro. Em outras palavras, o acesso às diversas formas de conhecimento financeiro dos indivíduos ocorre de formas variadas e sua obtenção acontece tanto de forma aplicada quanto de forma teórica. Assim, cada conhecimento financeiro é individual por apresentar um subnível educacional complexamente mensurável.

Huston (2010) ressalta que há pesquisadores embaralhando conceitos básicos neste campo de estudo e que, por este motivo, não conseguem diferenciar, de forma concreta, a educação da alfabetização financeira. Assim sendo, faz-se necessária a diferenciação de tais conceitos a fim de estabelecer os parâmetros fundamentais à pesquisa pretendida. Sendo assim, o presente capítulo tem como, objetivo principal, explicar os termos pertinentes ao tema, tendo em vista a necessidade de delimitação de seus diferentes espaços e termos utilizados.

Destarte, o presente capítulo foi subdividido em quatro seções que compreendem, por sua vez, educação financeira, alfabetização financeira, a cidadania financeira e, por fim, a relação entre a educação financeira e sua gestão por parte dos indivíduos.

Desta maneira, o conhecimento financeiro dos indivíduos se subdivide em vida financeira, educação financeira, alfabetização financeira e cidadania financeira, respectivamente, a inclusão a utilização de recursos financeiros, o conhecimento adquirido capaz de gerar resultado financeiro benéfico, a aplicação de tais conhecimentos e, por fim, o exercício não somente de direitos financeiros, mas também das obrigações financeiras devidas.

Para tanto, o presente estudo elaborou um diagrama, com o intuito de sistematizar os diferentes níveis de aplicação do conhecimento financeiro, sabendo que os diferentes indivíduos apresentam combinações das proporções existentes entre tais subníveis, mesmo que estas percepções aumentem cumulativamente.

A figura 1, a seguir, representa a vida financeira distribuída em seus possíveis subníveis, no que concerne a aplicação de conhecimento financeiro, ou seja, de sua existência, obtenção, aplicação pessoal (direitos) e para a sociedade (deveres):

FIGURA 1 – CONHECIMENTO FINANCEIRO



Fonte: Elaborado pelo Autor.

O acúmulo de conhecimento financeiro propicia uma boa gestão financeira e, portanto, uma melhor utilização dos recursos financeiros disponíveis. Conforme será demonstrado no presente capítulo, por meio da apreensão de conhecimento financeiro, de maneira geral, é possível melhorar gradativamente, e de forma acumulada, a gestão benéfica e assertiva dos recursos em geral.

Portanto, a assimilação de conhecimento na vida financeira dos indivíduos, permite o desenvolvimento da educação financeira por meio do alcance de conhecimento pertinente ao bom uso dos recursos. Posteriormente, a aplicação deste conhecimento permite uma alfabetização financeira solidificada que possibilitará a aplicação dos referidos conhecimentos não somente na concretização

de direitos financeiros, mas também dos deveres financeiros, estabelecendo, assim, a cidadania financeira dos indivíduos.

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira possui um papel primordial no que tange a qualidade de vida dos indivíduos. O termo tem sido constantemente empregado no cotidiano das pessoas por amplos meios de comunicação, como o rádio, a televisão e até mesmo em conversas informais.

Esta realidade tem motivado reflexão em diferentes esferas por diversos fatores, quais sejam, o grande portfólio de produtos e serviços financeiros para empréstimos, investimento e proteção, o desenvolvimento tecnológico facilitando a comercialização e consumo dos produtos, o aumento da expectativa de vida no mundo e a reforma do sistema previdenciário, esta que, aos poucos, passa a responsabilidade da aposentadoria do governo para a população, conforme a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2005).

Além disso, no Brasil, segundo Araújo e Souza (2012) este cenário é sobrecarregado com o alto *spread*¹ bancário; o baixo conhecimento sobre produtos financeiros, bem como de sua variedade; a falta de acesso da população ao próprio sistema financeiro; e, finalmente, pelo resquício de memória inflacionária que permaneceu durante décadas nas práticas dos consumidores.

A necessidade de conhecimento é tamanha que recentemente, no ano de 2013, o Departamento de Educação Financeira do Banco Central produziu um Caderno de Educação Financeira de Gestão de Finanças Pessoais para o estímulo de decisões autônomas e conscientes sob a compreensão de que tal conhecimento está diretamente relacionado à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e de seus familiares.

A definição de educação financeira para o meio acadêmico ainda é turva e confusa em sua mensuração. Entretanto, a desordem se estende a muitos dos

¹*Spread* é o ganho realizado pelos bancos, especificamente, a diferença entre a taxa de captação de recursos das instituições e a dos empréstimos concedidos aos usuários

termos pertinentes ao conhecimento financeiro em sua essência. Considerando este cenário, discorre-se, abaixo, sobre os termos necessários à melhor compreensão e dissociação das expressões ligadas à educação financeira, suas bases e seus desdobramentos.

Segundo a OECD (2005), educação financeira pode ser compreendida como um percurso que amplia o entendimento sobre os produtos financeiros e seus riscos e que, dessa forma, estabelece um desenvolvimento da confiança do indivíduo e competências necessárias para a tomada de decisões financeiras no decorrer da vida, o que expande, por consequência, seu bem estar.

De acordo com o Banco Central, a educação financeira constitui um processo de melhoria por aprendizagem. Assim, a nitidez de informações aplicadas e sobrepostas permite a construção da competência essencial a escolhas responsáveis e cuidadosas no tocante a riscos e oportunidades envolvidos.

Maia e Carneiro (2000, p.93) estabelece a contextualização e a interdisciplinaridade como pilares da educação financeira pelo entendimento de que a “integração de conhecimento” ou de habilidades financeiras extrapola a área do conhecimento financeiro de forma restrita, mas abrange diversas áreas de aprendizado.

Para Pereira (2001, p.199), educação financeira “é o processo de desenvolvimento da capacidade integral do ser humano de viver bem, física, emocional, intelectual, social e espiritualmente.” Ademais, a educação financeira ultrapassa as limitações do conhecimento técnico e submete o próprio conhecimento ao processamento desta inteligência. Sendo assim, o processo é contínuo e ilimitado.

Desta forma, a educação financeira simboliza um caminho concebido pela incorporação de conhecimento técnico que produz efeitos positivos, como a capacidade de escolha financeiramente benéfica dos produtos oferecidos em mercado nas decisões ativas dos indivíduos, e que não é limitada à mera aquisição de conhecimento técnico.

Na mesma linha de pensamento, Savoia, Saito e Santana (2007) defende que o processo de transmissão de capacidades financeiras torna os indivíduos mais

proativos e pertencentes à sociedade, além de contribuir para tomada de decisões através do aperfeiçoamento desse conhecimento.

O trabalho aponta que as decisões financeiras, mesmo que individuais, promovem o bem-estar social e a interação e, também, que a troca de conhecimento reforça o processo da educação financeira de forma agregada. Não obstante, o estudo destaca a necessidade do entendimento preciso relacionado a finanças, seja pela identificação de oportunidades, planos ou ações concretas.

Zerrener (2007) estabelece que as decisões financeiras ocasionam critérios que atrapalham ou favorecem o futuro dos indivíduos. Por isso, a educação financeira proporciona as habilidades necessárias para a melhor exploração de objetivos pessoais de curto e longo prazos.

Analogamente, Matta (2007) entende a educação financeira como o conjunto de informações que contribuem com as práticas financeiras pessoais de curto e de longo prazos em diversas áreas como, por exemplo, renda, empréstimos, poupança e investimentos. Além disto, Huston (2010) confere uma parcela do capital humano à aplicação da educação financeira.

Em um contexto similar, Lana et al. (2011) afirma que a educação financeira, de maneira geral, é a procura pelo conhecimento necessário para gerenciar acertadamente suas finanças e tomar decisões com o fim de aumentar seu capital no futuro. Por isso, a educação financeira deve ser tratada como uma área de conhecimento “sistemática e transmissível”.

Ainda, Theodoro (2011) reforça a visão crítica que a educação financeira desenvolve nos que a buscam. Isso porque ocorre uma preparação tanto para o mercado, quanto do próprio indivíduo para os valores das tomadas de decisão equilibradas.

Costa e Miranda (2013), por sua vez, entendem a educação financeira como uma ferramenta de tomada de decisões composta pelo conhecimento de opções financeiras e a compreensão dos conceitos técnicos relativos ao mercado financeiro.

Entretanto, é importante salientar o dinamismo como fator imprescindível à eficácia da educação financeira, uma vez que a inércia é um componente de grande peso nas tomadas de decisão. É o que mostra o estudo de Lusardi e Mitchell (2007),

que demonstram em sua pesquisa que a exposição à educação financeira gera uma vida financeira mais produtiva.

Considerando as afirmações dispostas, o presente trabalho utilizará como referencial de definição para educação financeira, a descrição realizada pelo relatório da Estratégia Nacional de Educação Financeira –ENEF² (BRASIL, 2013), abaixo relatada:

“o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informados, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro”. (BRASIL, 2013,p.3)

Embora algumas vezes os termos educação financeira e alfabetização sejam utilizados como sinônimos, as diferentes conceituações destas expressões precisam ser pontuadas com o intuito de dirimir as habituais incongruências decorrentes do mau uso dos termos pretendidos.

2.2 ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA

Para Hung, Parker e Yoong (2009) a alfabetização financeira é a capacidade de empregar o conhecimento e as habilidades adquiridos no gerenciamento de recursos financeiros de forma eficaz para uma vida de bem estar. Para o autor, o que difere a alfabetização da educação financeira é a competência do indivíduo de aplicar bem os conhecimentos obtidos de forma a gerar uma maior qualidade de vida. Desta forma, pontua-se que obter conhecimento é diferente de necessariamente aplicá-lo.

Da mesma forma, Huston (2010) compreende que a alfabetização financeira pode ser conceituada como a mensuração de quão bem uma pessoa consegue entender e usar, de forma contextualizada, informações relacionadas com suas

² A ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira é um movimento que promove ações de educação financeira no Brasil por meio da coordenação da Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF) e a parceria com diversos órgãos públicos e privados.

finanças pessoais. Tal prática se dá por meio de informação aplicada ao desenvolvimento de conhecimento e potencial financeiros no alcance de objetivos pessoais.

A partir da compreensão das duas dimensões da alfabetização financeira, respectivamente, entendimento e aplicação, a autora supracitada afirma que a grande diferença do conhecimento financeiro para a alfabetização financeira é que a alfabetização está ligada ao quanto os indivíduos aproveitam o conhecimento financeiro. Assim, pode-se compreender que um indivíduo é alfabetizado não somente por possuir conhecimento técnico, mas também por saber adequá-lo a suas necessidades e objetivos pessoais e aplicá-lo.

Em acordo com os conceitos apresentados, a alfabetização financeira para a *Russia's G20 Presidency* e a OECD (2013) e também adotada pelo presente estudo é compreendida como o ajuste entre os saberes, as competências e os desempenhos necessários para as tomadas de decisão financeiras acertadas e que contribuem para uma melhor qualidade de vida.

2.3 CIDADANIA FINANCEIRA

A cidadania financeira compreende o bom exercício da educação, alfabetização e gestão financeira dos indivíduos. Isso porque nem todos os indivíduos que conhecem amplamente seus direitos financeiros, praticam com o mesmo empenho seus deveres, ou por falta de conhecimento ou por áreas cinzas³ na lei que viabilizam tal comportamento, dentre outros fatores.

Autores como Araújo e Souza (2012) ressaltam a necessidade de atuação social de entidades como o próprio Banco Central do Brasil (BCB), responsável pela regulação do Sistema Financeiro Nacional (SFN), uma vez que uma maior difusão de conhecimento financeiro ocasiona o bem-estar social e o funcionamento favorável do SFN por meio do “pleno exercício da cidadania financeira”. Exercício este, explicado em extrato do referido estudo, a seguir:

³Áreas cinzas são pontos nebulosos na lei, ou seja, pontos definidos, mas que geram dupla interpretação.

A cidadania financeira, entendida como pleno exercício dos direitos e pelo cumprimento dos deveres dos cidadãos sobre suas finanças, ainda é incipiente no Brasil e no mundo. Pode-se dizer que os direitos do cidadão referem-se à inserção da população aos mercados e à educação financeira. Já os deveres estão relacionados a honrar compromissos financeiros, não cometer fraudes, adquirir produtos e serviços legalizados e cumprir as obrigações fiscais relacionadas às transações financeiras. (ARAÚJO; SOUZA, 2012, p. 4).

Ainda, a cidadania financeira está diretamente ligada à responsabilidade social, uma vez que ela implica na atuação dos indivíduos de forma agregada à sociedade e, conseqüentemente, do bem-estar social.

A boa cidadania financeira acarreta, portanto, um melhor funcionamento do SFN, por meio da boa gestão de recursos, da boa fiscalização de suas operações, da consciência de seus direitos em relação ao mercado financeiro no que diz respeito aos riscos envolvidos e do interesse na melhora de seu bem-estar.

2.4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E GESTÃO FINANCEIRA

A gestão financeira compreende a capacidade de administrar os recursos financeiros disponíveis. Maroni Neto (2011) segmenta a gestão financeira em três partes, a saber: a gestão operacional, que cuida do controle e uso de recursos financeiros; a gestão dos gastos, que compreende a aquisição de bens e suas diferentes modalidades de pagamento; e, por fim, a gestão do excedente, que diz respeito a formação de poupança e realização de investimentos, conforme figura 2, a seguir, adaptada pelo presente autor para melhor compreensão do conteúdo exposto:

FIGURA 2 - GESTÃO DE FINANÇAS PESSOAIS



Fonte: Adaptado de Maroni Neto (2011).

Segundo Camargo (2007), a gestão financeira é composta pelas estratégias adotadas no acúmulo ou preservação de recursos dos indivíduos e famílias. Também, a autora pontua que o planejamento, traçado a partir destas estratégias, é um mecanismo de preparo para as ações financeiras pessoais.

Em outra análise, Bitencourt (2005) estrutura as pessoas em dois grupos, a saber, os que detêm conhecimento financeiro e as pessoas despreparadas neste sentido. Adicionalmente, a autora infere uma maior probabilidade de endividamento aos agentes despreparados devido às práticas de investimento realizadas por pessoas que dispõem de tais conhecimentos.

Em acordo, Saito (2007) confere os resultados da gestão de finanças pessoais à capacidade de planejamento e realização de projetos pessoais. Sendo assim, as pessoas que possuem conhecimento financeiro planejam melhor o manejo e utilização de seus recursos.

A partir desta compreensão, far-se-á a análise do consumo de produtos financeiros a fim de compreender a vida financeira dos indivíduos no cenário recente brasileiro, especificamente, como foco principal deste estudo, no tocante ao crédito.

3 CONSUMO FINANCEIRO

O consumo financeiro aumentou significativamente devido à nova gama de produtos ofertados no mercado financeiro nacional e, ainda, pelo maior acesso da população ao sistema bancário. De acordo com a ENEF (BRASIL, 2013), diversos aspectos sociais e econômicos sofreram alterações no cenário recente.

O relatório supracitado analisou o período compreendido entre os anos de 2002 até 2007 e destaca o aumento da participação da classe média na população do país em 15 pontos percentuais (pp), sendo de 32% para 47%, integralmente 23,5 milhões de pessoas. Ao passo que a pobreza extrema diminuiu em 7pp, de 12% para 5%. Paralelamente, o Relatório indica, sob o uso de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que a desigualdade de renda foi reduzida em 0,048, o que indica “migração de riqueza” entre os cidadãos.

Quando da análise do crédito, o relatório ressalta que tais aspectos exercem efeito nos padrões de consumo de produtos financeiros por parte dos brasileiros, inclusive no tocante a poupança e investimento. Entre os anos de 2002 e 2008, o PIB apresentou aumento de aproximadamente 18pp, sendo de 22% para quase 40%.

Dentre os produtos financeiros que tiveram o consumo atingido no setor, oferecidos pelo Sistema Financeiro, empréstimos e seguros aumentam a capacidade assertiva quando das escolhas dos indivíduos. Em outras palavras, a grande quantidade de produtos oferecidos pelo mercado, dificulta a escolha mais benéfica por produtos financeiros dado ao excesso de características e opções disponíveis. O relatório aponta, dentre outros, os riscos, os lucros envolvidos, os custos inerentes aos produtos, os prazos de maturação dos processos e, por fim, a participação dos indivíduos no processo de contratação dos produtos e a informação a que eles têm acesso quando fazem tais escolhas.

O presente capítulo apresenta a evolução do consumo dos produtos financeiros e, portanto, descreve as principais características decorrentes deste fenômeno. Sendo assim, torna-se importante o aprofundamento no mercado financeiro, visto que é fundamental elencar os principais produtos financeiros,

inclusive os de crédito, e suas contribuições para o desenvolvimento do consumo destes no país, tema abordado na primeira seção deste capítulo. Adicionalmente, a segunda seção do capítulo abrange a relação de consumo dos produtos financeiros, pontualmente, o consumo de produtos de crédito no Brasil de forma a delinear a atuação dos consumidores neste sentido.

3.1 PRODUTOS FINANCEIROS

A presente seção fará uma breve relação dos principais produtos financeiros disponíveis no mercado. Dado que a gama de produtos financeiros ofertados é extensa, o presente capítulo não pretende listar todos os produtos existentes, mas ressaltar os dominantes a fim de configurar as possibilidades de consumo no cenário nacional.

Assim, os produtos financeiros ofertados são subdivididos em diversas categorias, dentre os quais se encontram os principais: conta bancária, investimento, seguro e previdência, operações de câmbio e crédito. A utilização destes produtos implica em cobrança de tarifas e custos, quando da utilização dos serviços atrelados. A má utilização de produtos bancários acarreta menores retornos ou maiores custos a depender do produto utilizado.

De maneira geral, as contas bancárias são utilizadas para a movimentação de recursos por meio dos serviços a ela atrelados. Seja com a intenção de guardar ou receber dinheiro, utilizar cheques ou cartão nas movimentações de recursos que não sejam realizadas exclusivamente por papel-moeda, é necessário ter uma conta em instituição bancária autorizada. O modelo de conta bancária mais comumente utilizado é a conta corrente. Ainda, existe a conta poupança, que foi criada com o intuito de estimular a formação de poupança de recursos e a conta salário, que só permite depósitos por parte da empresa contratante.

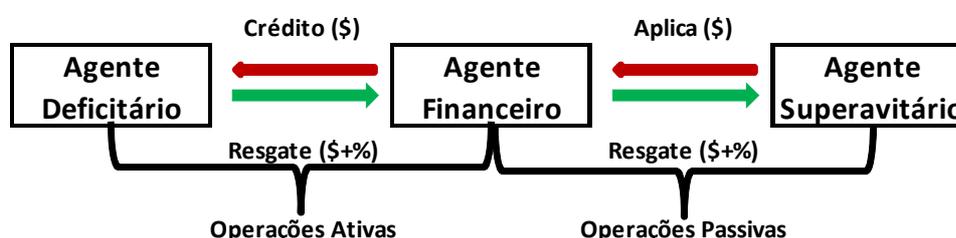
Os produtos de investimento, por sua vez, podem ser classificados pela renda atrelada a este, especificamente, fixa ou variável, pelo tipo de risco, que pode ser considerado baixo, médio ou alto e, finalmente, pelo prazo de aplicação dos recursos, que pode ser curto, médio ou longo.

Os seguros são formas de proteção contra o risco. Eles podem ser facultativos ou obrigatórios. Os seguros facultativos são contratados por iniciativa do usuário. Por exemplo, o seguro de vida é uma garantia sobre o risco de morte. Os seguros obrigatórios são estipulados por lei. O órgão responsável pela regulação e supervisão dos mercados de seguros no Brasil é a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Já a previdência é uma forma de acumulação de recursos para utilização futura, normalmente, em situação de aposentadoria ou impossibilidade de atuação profissional. A previdência, no país, pode ser social ou privada. A previdência social tem caráter obrigatório e é administrada pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Já a previdência privada, também conhecida como complementar é facultativa. As operações de câmbio compreendem as conversões de moeda nacional e internacional, relativamente.

Finalmente, os produtos financeiros de crédito implicam na disposição de recursos aos indivíduos deficitários por parte das instituições financeiras, que intermediam os recursos captados de agentes superavitários. Tais recursos podem ser destinados ao financiamento de dívidas, da compra de bens ou outros e sempre implicam em despesas como o custo de contratação e juros, consoante figura 3, abaixo, adaptada pelo autor sob a compreensão de Assaf Neto (2012):

FIGURA 3 – INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA NO MERCADO DE CRÉDITO



Fonte: Adaptado de Assaf Neto (2012).

Brevemente, conforme Assaf Neto (2012) as taxas de juros compreendem o custo das operações de crédito para o consumidor. O mesmo produto de crédito pode apresentar taxas diferentes, que normalmente estão atreladas ao perfil de

consumo e a sua classificação, também conhecida como *rating*⁴, bem como outros serviços que o indivíduo possa utilizar dentro de uma mesma instituição. Os fatores que mais influenciam as taxas de juros das operações de crédito são o prazo, o volume de capital emprestado e as garantias oferecidas pelo contratante do serviço.

Maroni Neto (2011) atribui o processo de consumo a fatores subjetivos, objetivos e ambientais, respectivamente, as necessidades e desejos econômicos, a identificação do produto e realização da compra e, por fim, a sazonalidade das demandas por produtos.

3.1.1 PRODUTOS FINANCEIROS DE CRÉDITO

Conforme explicitado na seção anterior, o crédito pode ser utilizado no auxílio financeiro de diversas situações como o endividamento ou a aquisição de um bem e, por este motivo, é um auxiliador no aumento da qualidade de vida, desde que utilizado coerentemente com os ganhos realizados. O pagamento antecipado de parcelas de crédito permite a isenção de juros devidos à instituição contratada.

Para Berni (1999), a confiança é a base da concessão de crédito. O autor enxerga que a confiança a que um cliente tem direito é proporcional à avaliação do crédito que ele faz jus relacionado ao volume desejado. A partir dessa estipulação de mérito, é possível determinar qual produto é mais adequado à necessidade de um indivíduo, escolha esta que o autor determina de “oportunidade”. Sucintamente, os riscos de crédito denotam a “probabilidade de perda do valor da transação atualizada, descontada dos pagamentos efetuados pelo cliente”, sob a compreensão de Brito (2007), eles geralmente são classificados pela possibilidade de não pagamento do crédito concedido.

Segundo o Banco Central, o crédito é uma maneira de adiantar a compra e utilização de bens e serviços como, por exemplo, o financiamento imobiliário ou de veículos, as compras realizadas a prazo ou o próprio cartão de débito do banco que, por vezes, ultrapassa os recursos disponíveis e adentra o limite do cheque especial.

⁴*Rating* é a expectativa de inadimplência do agente deficitário por parte do agente financeiro.

Visto que os produtos financeiros de crédito são o foco da presente pesquisa no tocante à educação financeira, pretende-se por meio desta seção um levantamento dos principais produtos de crédito oferecidos no mercado nacional com o intuito de apontar a pluralidade de opções dispostas ao consumidor quando da necessidade de crédito. Todas as opções serão analisadas no tocante ao destino dos recursos e prazo.

De acordo com Maroni Neto (2011) o crédito possui duas origens principais, quais sejam, o financiamento e o empréstimo. O financiamento é o produto que permite a aquisição de bens, enquanto os empréstimos não possuem destino específico. Assaf Neto (2012), por sua vez, analisa os produtos financeiros de crédito utilizando como critério o prazo envolvido nas operações, respectivamente, curto, médio e longo.

O crédito rotativo, semelhante ao cheque especial, de acordo com Assaf Neto (2012), é um limite de crédito disponibilizado em conta corrente pelas instituições financeiras que visam ao financiamento das necessidades urgentes e, portanto, de curto prazo dos indivíduos.

O crédito direto ao consumidor, também conhecido como CDC, é uma operação que permite a aquisição de bens ou serviços (o mais comum é a compra de veículo) onde a garantia do procedimento é a alienação fiduciária⁵ do próprio bem adquirido, conforme Assaf Neto (2012).

Segundo o autor supracitado, o crédito consignado, por sua vez, é cedido a indivíduos com registro legal de trabalho, o que permite a garantia da linha de crédito ao desconto de parcela em folha de pagamento. Neste caso, os juros, comumente, são mais baixos que as outras linhas de crédito existentes, como o cheque especial.

O crédito pessoal, de acordo com o Banco Central do Brasil é o crédito destinado à pessoa física que não possui atrelamento pelo desconto de parcelas em folha de pagamento. Apesar de apresentar características semelhantes as do crédito consignado, como a utilização em curto prazo, as taxas de juros desta modalidade

⁵ Alienação fiduciária, em linhas gerais, é a aquisição de um bem utilizado como garantia de seu débito ou de seu pagamento. Neste caso, o resgate do bem garantido é imediato e, portanto, liquidável.

de crédito são mais altas por não haver o registro oficial de trabalho como garantia da operação.

O crédito imobiliário é destinado à compra de imóveis diversos. Segundo Assaf Neto (2012), o crédito imobiliário tem como fonte de financiamento a carteira de poupança da instituição financeira. Caso os recursos em carteira sejam insuficientes, a instituição pode emitir letras hipotecárias com o intuito de manter a oferta de crédito imobiliário no mercado.

O *leasing* permite a aquisição de bens, entretanto, somente nacionais. Apesar de o *leasing* não ser uma operação de crédito, mas sim um arrendamento mercantil, o produto é utilizado para aquisições de longo prazo em que, ao final do contrato, o usuário pode, ou não, efetivar a compra do bem alienado por um valor residual, conforme Assaf Neto (2012).

Por fim, assim como o *leasing*, o cartão de crédito é um produto financeiro que permite a aquisição de diferentes bens e serviços com prazo ou parcelamento acordado pelos comerciantes destes, por meio da disponibilização de um limite pessoal de crédito. Desta forma existem dois acordos envolvidos em uma operação de cartão, a saber, a relação comércio-instituição e a relação cliente-instituição. Assaf Neto (2012) afirma que o não pagamento integral da fatura implica em um financiamento do valor residual, o que gera a aplicação de juros na fatura do mês seguinte.

A partir destes conceitos, o quadro1, a seguir, elaborado por autoria própria e com base nos conceitos estabelecidos pelos autores supracitados, dispõe os principais produtos de crédito disponíveis no mercado financeiro considerando sua origem, suas particularidades e prazos:

QUADRO 1 – PRODUTOS DE CRÉDITO

CRÉDITO - CURTO E MÉDIO PRAZO			
Produto de Crédito	Descrição	Finalidade	Prazo
Crédito Rotativo (Cheque Especial)	Limite automático do correntista.	Recurso para urgência.	Até 1 Mês.
CDC	Financiamento através de alinação fiduciária	Aquisição de bens e serviços. (Veículo é o mais comum)	Até 60 Meses
Consignado	Empréstimo mediante a débito em folha de pagamento.	Aquisição de bens e serviços.	Até 60 meses, desde que a prestação não ultrapasse 30% da renda líquida.
Pessoal	Empréstimo por meio de nota promissória.	Aquisição de bens e serviços.	Até 48 meses.
CRÉDITO - LONGO PRAZO			
Produto de Crédito	Descrição		Prazo
Imobiliário	Financiamento por meio de alinação fiduciária	Aquisição de Imóvel	Longo: 5 a 35 anos.
SERVIÇOS			
Leasing	Aluguel com possibilidade de compra mediante pagamento de valor residual.	Aquisição de bens e serviços. (Veículo é o mais comum)	Variado: Prazo acima de 1 ano e no máximo 10 anos.
Cartão de Crédito	Limite de crédito disponível.	Aquisição de bens e serviços	Variado: à vista ou por linha disponível.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O uso de cartões de crédito é amplamente empregado no mercado brasileiro, pois diminui os riscos de não pagamento por parte dos consumidores, uma vez que ocorre a garantia de crédito por parte das operadoras e facilita a efetivação dos pagamentos durante o consumo.

Maroni Neto (2011) chama a atenção para o fato de que as pessoas que utilizam este produto têm maior tendência ao “consumo descontrolado” e que é indispensável o pagamento total das faturas formadas. Em conformidade, Shen e Giles (2005), desenvolveu um modelo de vício racional baseado no consumo passado de indivíduos da Nova Zelândia com o intuito de relacionar a contração de dívidas roladas em cartões de crédito ao consumo de produtos como o álcool e o tabaco. O estudo indicou fatores de correlação positiva entre os hábitos mencionados.

A variedade de produtos financeiros enseja uma análise da utilização de tais produtos no mercado nacional. Sendo assim, a próxima seção faz uma análise do consumo dos produtos financeiros de crédito mais comumente procurados no cenário recente.

3.2 RELAÇÃO DE CONSUMO DE PRODUTOS FINANCEIROS

O surgimento de novos produtos financeiros após a estabilidade econômica, alcançada em 1994, facilitou a composição de escolhas particulares aos consumidores. Isto porque, a maior oferta de produtos aumentou a competitividade

do mercado e permitiu uma melhor identificação dos riscos e oportunidades disponíveis.

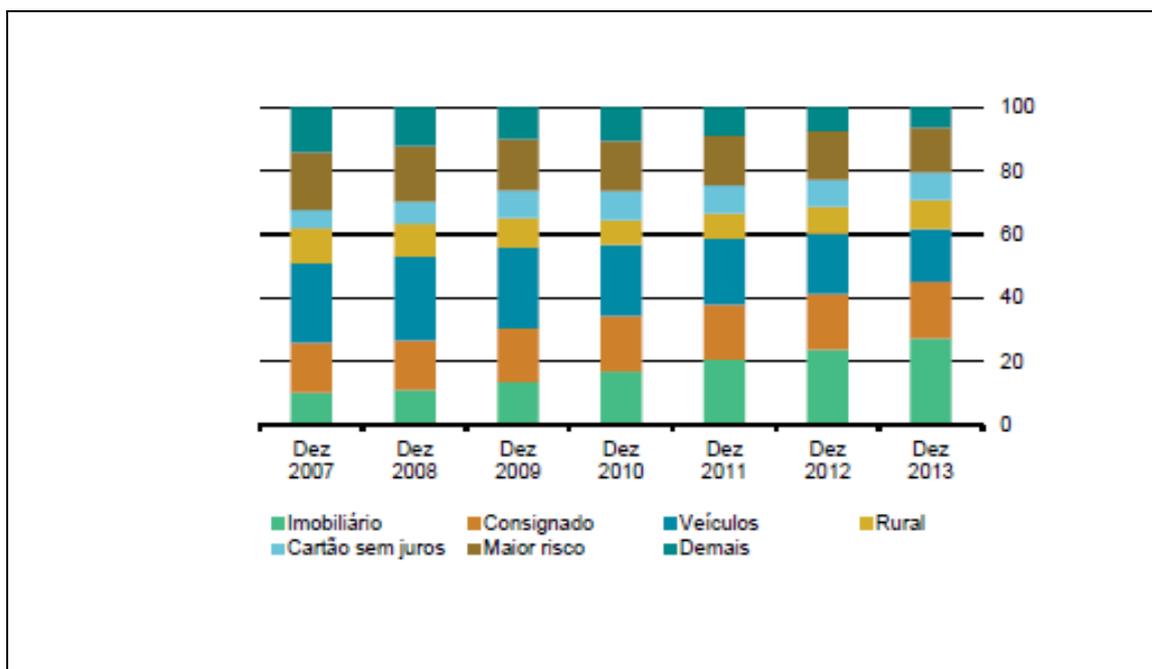
Nesta senda, o presente trabalho pretende se limitar a analisar as relações de consumo dos produtos financeiros relativos ao mercado de crédito nacional com o intuito de perceber o cenário em que o produto está inserido. Diante do foco central deste estudo, passamos ao aprofundamento conjuntural, no período recente, do mercado de crédito no tocante às relações de consumo dos produtos deste segmento.

De acordo com o Relatório de Estabilidade Financeira do Banco Central (2014), em análise referente ao ano de 2013, constatou-se que enquanto os bancos públicos incentivaram o crescimento do crédito, os bancos privados desempenharam um papel limitante neste sentido.

A variação da taxa Selic de 8,00% para 10,00% influenciou as taxas de juros, que também sofreram aumento no segundo semestre de 2013. Segundo o levantamento, essa elevação nas taxas alcançou todas as modalidades de crédito, exceto o empréstimo pessoal consignado para funcionários públicos e o crédito pessoal não consignado vinculado à renegociação de dívidas.

No que diz respeito ao crédito à pessoa física, o produto de maior participação da carteira foi o financiamento imobiliário, enquanto que as modalidades de produto que apresentam maior risco são, respectivamente, os empréstimos sem consignação, o cheque especial, o crédito rotativo e as compras parceladas vinculadas a cartão de crédito, conforme o gráfico¹ sobre a composição da carteira de crédito à pessoa física, extraído do Relatório, à seguir:

GRÁFICO 1 – COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO - PF (%)

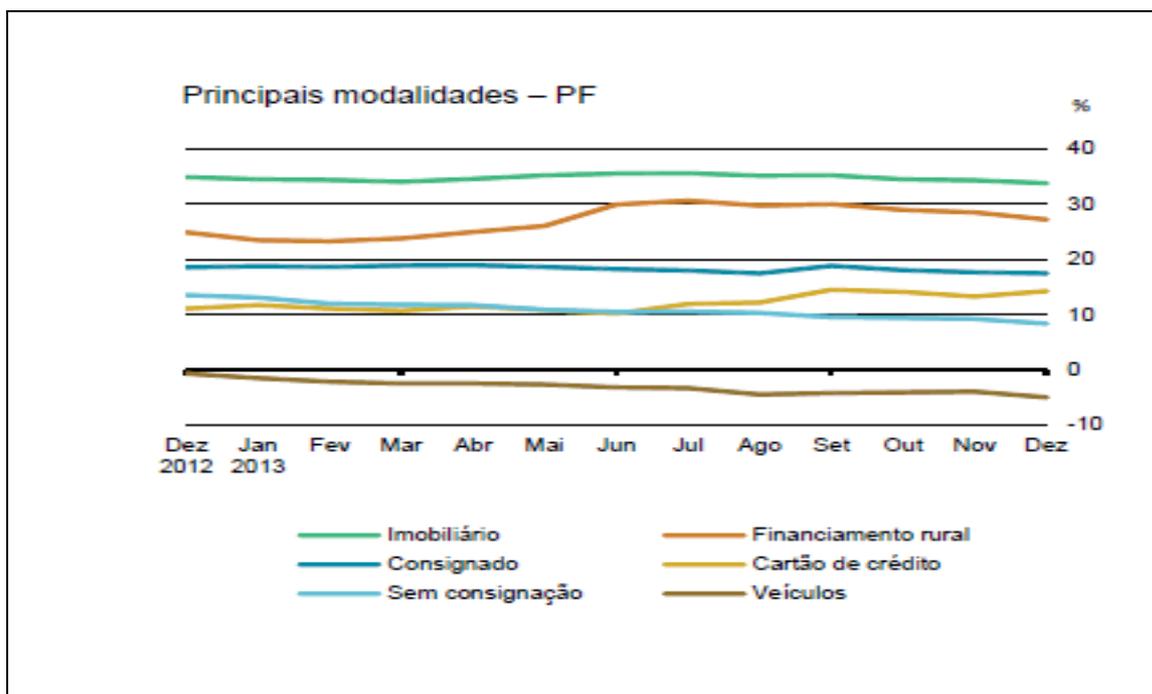


Fonte: BCB, 2014

Além do crédito imobiliário, a análise apontou que a melhora no setor agropecuário ensejou o crescimento do crédito rural à pessoa física. O crédito doméstico à pessoa física, por sua vez, cresceu como resultado do aumento de empréstimos consignados cujo volume foi emprestado em 91,9% para categorias de menor risco de inadimplência.

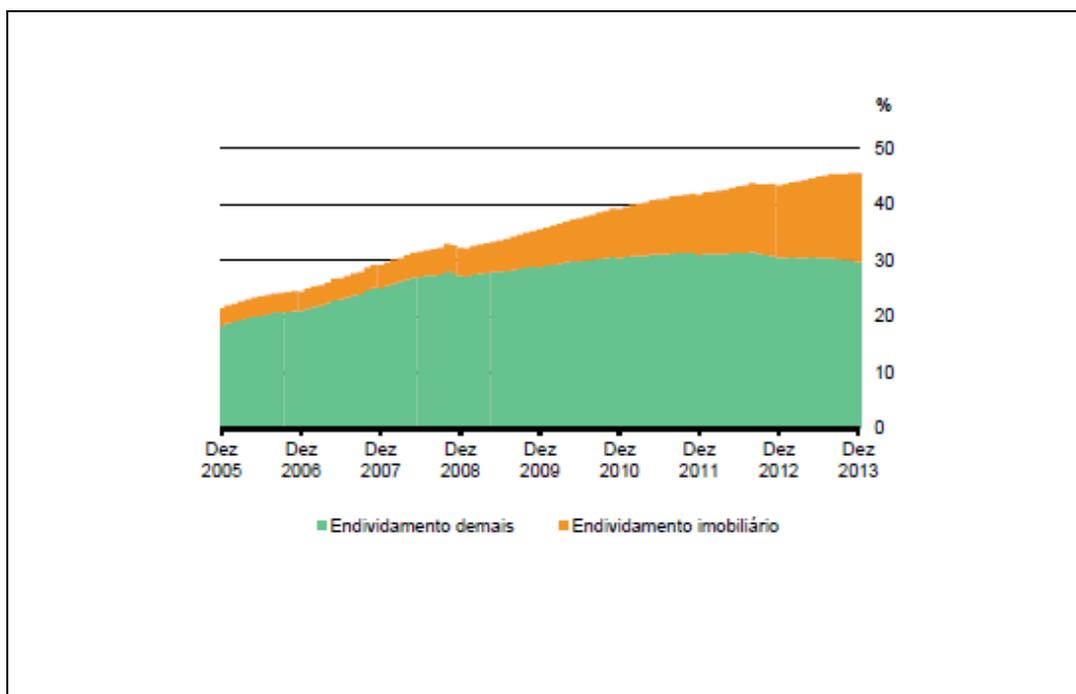
O gráfico 2, à seguir, demonstra o crescimento anual das principais modalidades de crédito à pessoa física, durante o ano de 2013. A análise ressalta que as modalidades de crédito que assumem maiores índices de inadimplência como os empréstimos sem consignação, o cheque especial e os financiamentos de veículos, tiveram menor crescimento.

GRÁFICO 2 – CRESCIMENTO ANUAL DO CRÉDITO - PF (%)



O endividamento das famílias no segundo semestre de 2013 teve leve redução em todas as modalidades de crédito. Entretanto, a maior participação do financiamento imobiliário ocasionou um aumento do endividamento para 45,5% das famílias, conforme o gráfico 3, a seguir:

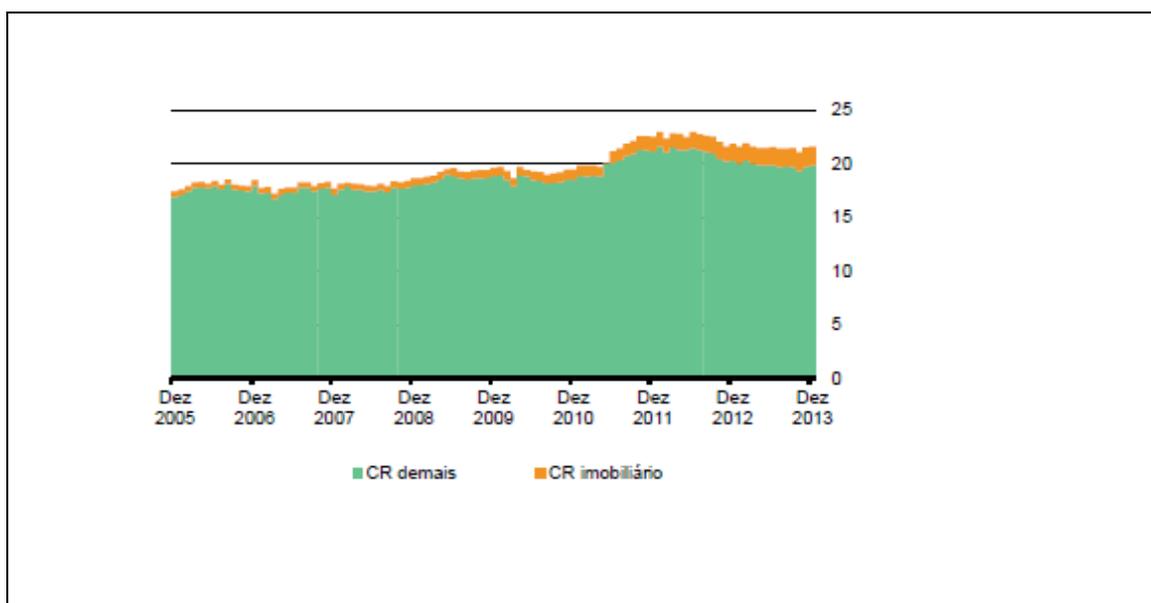
GRÁFICO 3– ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS (%)



Fonte: BCB, 2014

O comprometimento da renda com dívidas, por sua vez, apresentou redução de 0,2% no ano de 2013, consoante o gráfico 4, à seguir:

GRÁFICO 4 – COMPROMETIMENTO DE RENDA DAS FAMÍLIAS (%)



Fonte: BCB, 2014

O relatório anual de estabilidade financeira do Banco Central atribui a diminuição do comprometimento de renda das famílias por diversos fatores, quais sejam, a melhoria no perfil do endividamento das famílias pelo maior uso de produtos com prazos longos e, conseqüentemente, taxas e prestações menores associado ao aumento da renda.

4 ESTUDOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O presente capítulo apresenta um panorama das recentes pesquisas realizadas na área de educação financeira. Para tal, o conteúdo averiguado foi subdividido em três partes, e organizado cronologicamente.

A primeira parte apresenta um mapeamento e breve explanação dos estudos realizados por meio de levantamentos de dados, mensuração e avaliação das ações e políticas públicas, desenvolvidas no Brasil e no mundo, relativos à educação financeira.

A segunda parte, por sua vez, aborda as pesquisas empíricas que evidenciam a influência da educação financeira sobre o comportamento e consumo financeiro dos indivíduos.

Por fim, a terceira utiliza parte do capítulo e versa sobre diferentes pesquisas que apresentam como eixo central o impacto da educação financeira no desempenho empresarial e profissional dos indivíduos.

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Esta seção de estudos relacionados ao tema educação financeira, abrange os estudos pesquisados que avaliam as ações e políticas públicas desenvolvidas no Brasil, e no mundo, relativos à educação financeira.

Savoia, Saito e Santana (2007) realizaram um levantamento comparativo das ações de educação financeira existentes nos Estados Unidos, Reino Unido e Brasil. Em suas conclusões, os autores verificaram que o Brasil ainda apresenta pouca experiência no tema, em comparação com os demais países analisados. Ainda, eles recomendaram a necessidade de inserção de mais programas de educação, não somente nos programas universitários, mas em todos os níveis do ensino.

Huston (2010), por sua vez, realizou um levantamento, durante dez anos, para encontrar uma melhor definição e mensuração da alfabetização financeira nos

Estados Unidos. O estudo revelou que muitos ainda confundem conceitos básicos de conhecimento financeiro e alfabetização financeira, não diferenciando os termos. Ele, ainda, pontuou que não existe um padrão na mensuração da alfabetização financeira, determinado nos estudos realizados na última década.

Também, na busca de entender o panorama da educação financeira, Duarte et al. (2012) realizou uma pesquisa, no Brasil, acompanhando como os livros didáticos do ensino médio abordam os conceitos básicos de matemática financeira. Todos os autores de livros didáticos que foram analisados trabalham os conceitos com linguagem acessível aos jovens e utilizam exemplos cotidianos em suas abordagens.

Caproni (2013) avaliou a relevância da educação financeira na formação do aluno para o exercício da cidadania. Em seu estudo, a autora afirma que tal conhecimento produz impacto até na maneira em queo individuo convive em sociedade, pois é refletido em suas ações e que o aprendizado da educação financeira seria visto como prazeroso, face à aplicabilidade dos conteúdos teóricos.

Em acordo com os estudos supramencionados, encontra-se a pesquisa de Martins (2013), que estabelece uma comparação entre as ações de educação financeira e a Estratégia Nacional de Educação Financeira do Brasil com outros países. Por meio da identificação de todos os envolvidos com papéis visíveis e invisíveis na formulação da política, do apontamento de interesses explícitos e implícitos de cada agente durante a formulação de uma política e da avaliação dos possíveis impactos dessa interação no conteúdo e disseminação da política proposta.

Em sua reflexão, Martins (2013) menciona a possibilidade do papel das estratégias nacionais de educação financeira servirem como ferramenta para o aumento da penetração dos produtos financeiros nas várias classes sociais, com destaque para a nova classe média.

Por fim, um estudo organizado pela OCDE, delinea o mapeamento global de estratégias governamentais voltadas para a educação financeira no tocante ao estágio de implantação ou desenvolvimento.

De acordo com a sistematização, 20 países já implantaram uma estratégia nacional, dos quais 7 pertencem ao G20, inclusive o Brasil. Ademais, 25 países se

O analfabetismo financeiro foi estudado por Lusardi e Mitchell (2007) sob o ponto de vista da preparação da aposentadoria. Eles concluíram que este analfabetismo financeiro é generalizado, tanto para os jovens como para os mais velhos, em diversos países desenvolvidos.

O mais preocupante, segundo os autores, é que essas deficiências estão concentradas na população de baixa renda e baixa escolaridade, o que dificulta ainda mais a disseminação da educação financeira, uma vez que algumas ferramentas são ineficazes para esse público como sites ou palestras.

A importância da educação financeira para o segmento de previdência complementar, no Brasil, foi ressaltada por Pinheiro (2008). Assim como a população mundial, a população brasileira necessita de maior compreensão desse tipo de produto. Sob essa ótica, o autor comenta a necessidade de mais iniciativas por parte do governo ou das instituições privadas. O autor afirma que, independente da forma de ensino ou aprendizagem, o conhecimento sobre o produto deve ser divulgado, da forma que for, por panfletos, palestras vídeos ou sites.

Leal e Melo (2008) estudaram a relação entre o nível de educação financeira e o grau de qualidade do investidor. De acordo com o estudo apresentado, verificou-se que a escolaridade e área de atuação impactam fortemente o perfil do investidor. E que os investidores com alto grau de investimentos apresentam um nível de formação elevado.

Constatou-se também pelas pesquisas de Amadeu (2009) que a educação financeira influencia as decisões de consumo, investimento e financiamento dos universitários matriculados nos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Matemática da UENP (Universidade Estadual do Norte do Paraná). A análise inferiu que os alunos que tiveram maior contato com a disciplina de finanças, durante a graduação, demonstram maior segurança e melhor tomada de decisão financeira nos exercícios propostos pela pesquisa.

Na mesma linha de estudo, Vieira et al. (2009) averiguaram se a educação regular adquirida em cursos de graduação exerce influência na atitude de consumo, poupança e investimento dos alunos. Apresentou-se na pesquisa que a educação obtida por meio da formação acadêmica contribui para a melhor tomada de decisões de consumo, investimento e poupança dos estudantes.

A existência de relações entre o nível de educação financeira e o nível de endividamento dos servidores públicos técnico-administrativos foi analisada por Claudino, Nunes e Silva (2009). A pesquisa apresenta que, mesmo com um nível de educação financeira insatisfatória, os servidores estão pouco endividados, mas o autor ressalta que a falta de conhecimento muitas vezes faz com que os servidores utilizem produtos de risco como o cheque especial.

Quando da análise do comportamento de estudantes profissionais da saúde, Brown (2009) estudou a influência da alfabetização financeira no comportamento dos indivíduos com relação ao uso de cartões crédito, empréstimos e juros de crédito estudantil. O estudo afirmou o impacto da alfabetização financeira na tomada de decisão dos estudantes de profissões da saúde, especialmente no que concerne ao uso. Ainda, o estudo avaliou a influência da alfabetização financeira existente nas áreas de empréstimo, orçamento e dispêndio estudantil.

Ludlum et. al. (2010), por sua vez, abordou o problema do uso do cartão de crédito por parte dos estudantes universitários de diferentes *campi* nos Estados Unidos. A análise apontou que a maioria dos estudantes, sequer entende as regras e os termos de uso de seus cartões, o que contribuiu para tomadas de decisão mal formuladas. Aproximadamente 92% dos indivíduos participantes da análise era estudantes de administração e, apesar de a grande maioria utilizar o cartão de crédito para obter fundos para o pagamento de seus estudos, menos de 15% dos alunos conhecia dados como a taxa de juros de seu cartão e quase 76% dos entrevistados desconhecia os custos de atraso nos pagamentos.

Ademais, a importância da educação financeira na administração das finanças pessoais foi verificada por Wisniewski (2011). O autor apresentou a participação do pequeno investidor no mercado de ações brasileiro no período compreendido entre 2005 e 2010, ressaltando o papel da BM&FBOVESPA em manter o investimento em educação financeira e ações para popularização do mercado de ações.

Lana et al. (2011) apresentaram em sua pesquisa a forma com que as características pessoais de alunos de uma instituição de ensino superior se relacionam com suas habilidades financeiras pessoais, fundamentado no Modelo de Halpern. Foi possível observar nesse estudo que a educação financeira, endividamento e aplicações apresentam relações diferentes com as características

peçoais dos alunos. Respectivamente, o curso e o ano de formação têm maior influência sobre a educação financeira, enquanto que a renda do aluno e a formação dos pais se demonstraram relevantes como influência sobre o endividamento. A variável gênero apresentou importância somente para a aplicação de recursos.

Um estudo semelhante foi realizado por Lizote, Simas e Lana (2012), mas com evidências empíricas diferentes. A amostra analisada pelos autores não apresentou distinção entre características pessoais e familiares com a percepção individual sobre finanças pessoais. A única ressalva para aqueles que possuíam emprego, seria uma nota maior para situação financeira, porém com um nível de confiança baixo, de 91%.

O estudo de Costa e Miranda (2013) verificou se a educação financeira influencia o nível de poupança escolhido pelos indivíduos. O estudo apontou que o nível de educação financeira está diretamente ligado ao nível de poupança do indivíduo, porém, ressalta que, assim como observado nos estudos anteriores de Lana et al.(2011) e Lizote, Simas e Lana (2012) que a característica pessoal como, por exemplo, tempo de estudo não gera impacto sobre o nível de poupança do indivíduo.

Potrich, Vieira e Ceretta (2013) analisaram se os estudantes universitários são alfabetizados financeiramente e a relação da alfabetização com as variáveis socioeconômicas e demográficas.

Quanto à alfabetização financeira, o estudo evidencia que os universitários demonstram um comportamento financeiro positivo, mas não satisfatório, uma vez que não apresentaram o hábito de poupar mensalmente e de manter uma poupança para eventualidades. Assim, os autores concluíram que, por causa das atitudes financeiras adequadas, os estudantes obtiveram um grau intermediário de alfabetização financeira.

Quanto ao impacto das variáveis socioeconômicas e demográficas, foi possível observar que os universitários homens, detentores das maiores faixas de renda e com maior formação financeira são os que apresentaram os níveis mais elevados de alfabetização financeira. Portanto, a alfabetização financeira é impactada positivamente pelas variáveis de formação, ocupação, gênero e renda.

Analogamente, Lizote e Verdinelli (2014) verificaram em seu estudo relações positivas e significantes entre a educação financeira, aplicações e, também, entre a nota de auto avaliação e uma relação negativa, com o endividamento, sugerindo que, de modo geral, o indivíduo que possui maior poder aquisitivo apresenta maiores empréstimos e financiamentos, confronta de modo adequado suas dívidas e controla melhor seus investimentos. Tais resultados ratificam os resultados empíricos encontrados por Lana et al. (2011), Costa e Miranda (2013) e Potrich, Vieira e Ceretta (2013) e diferenciam-se dos achados de Lizote, Simas e Lana (2012), por não registrarem relação entre a percepção dos entrevistados sobre suas finanças pessoais e sua gestão de crédito.

4.3 DESEMPENHO ORGANIZACIONAL E PROFISSIONAL

Esta última seção de trabalhos referentes ao tema educação financeira discorre sobre diferentes pesquisas que analisam o impacto da educação financeira sobre o desempenho empresarial e profissional dos indivíduos.

Coleman (1968) desenvolveu uma pesquisa, com o intuito de determinar a natureza e intensidade da influência da educação familiar financeira sobre os aspectos profissionais das vidas de educadores que se interessaram na boa gestão de recursos por meio da participação no programa de educação financeira familiar na Universidade de Oklahoma. Os programas, em geral, abordavam diferentes formas com que os educadores poderiam ajudar seus estudantes a melhorarem suas vidas financeiras, entendimento essencial ao desenvolvimento de cidadãos responsáveis.

Como resultado de 10 anos de pesquisa e aplicação de *workshops* na Universidade de Oklahoma, inúmeras pesquisas nos campos da economia, finanças e administração foram desenvolvidas pelos educadores que atenderam ao programa. Além do fortalecimento de programas locais, houve uma contribuição geral ao conhecimento educacional em finança familiar.

Camargo (2007) buscou verificar a relação entre o planejamento financeiro pessoal, as decisões e o desempenho organizacional em diferentes lojas de varejo

em Curitiba. Os participantes desta pesquisa eram, principalmente, pequenas empresas que eram administradas por seus proprietários.

Por meio de uma análise de *cluster*, Camargo (2007) averiguou as possíveis diferenças entre grupos organizacionais de acordo com seu desempenho. Assim, o autor identificou três grupos, a saber, de alto, médio ou baixo desempenho percebido. O primeiro grupo, de alto desempenho, consiste em proprietários que procuram se planejar para os riscos, preocupando-se com seguros, herança e investimentos considerando o retorno e o risco. Em sequência, os demais grupos apresentaram planejamentos moderadamente inferiores nos itens analisados.

Após a análise de variância e de comparações múltiplas, o estudo apontou quais variáveis poderiam discriminar os *clusters* com desempenho diferentes. Em relação a estes grupos, verificou-se diferenças estatisticamente significativas em relação as práticas de investimentos organizacionais, investimentos pessoais do gestor, planejamento do fluxo de caixa pessoal e planejamento de aposentadoria. Apesar destes fatores apresentarem relação com o desempenho organizacional, não se conseguiu estabelecer uma relação entre desempenho e práticas de financiamento.

Matsumoto et al. (2012), por sua vez, realizou a primeira pesquisa que discute a relação da educação financeira com o desempenho profissional. Apesar das limitações (amostra pequena) que a pesquisa apresenta, foi possível observar que existe uma correlação positiva entre endividamento e desempenho profissional. O autor defende que o funcionário endividado apresenta melhor desempenho, isso porque há uma necessidade de manter a renda para pagar as dívidas existentes.

5 DADOS DA PESQUISA

O presente capítulo intenciona estabelecer os parâmetros utilizados para a composição da amostra, análise dos dados obtidos, bem como do tratamento metodológico empregado quando de sua obtenção.

Quanto ao perfil do entrevistado conforme demonstra Lusardi e Mitchell (2007), já mencionados no presente estudo, quanto maior o nível de escolaridade, melhores deveriam ser as escolhas financeiras dos indivíduos. Por este motivo, foi determinado pesquisar estudantes de nível universitário com o intuito de uniformizar a amostra no que concerne à escolaridade, porém preservando a pluralidade no tocante ao gênero e renda dos indivíduos.

Uma vez que o perfil do entrevistado foi apresentado, definimos a população como sendo alunos de uma universidade no centro da cidade de São Paulo, em que a população total de estudantes universitários que compõe o quadro discente da universidade abordada soma 2.225 alunos, em concordância com os dados⁶ do Ministério da Educação (MEC).

Para determinar o tamanho da amostra, utilizou-se o sistema de calculadora online disponibilizado por Santos [2015] e que aplica a fórmula estatística apresentada, abaixo:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Onde, n representa a amostra calculada e que será utilizada como base de dados nesta análise; N representa a população total; Z é a variável normal padronizada associada ao nível de confiança (95%); p é a verdadeira probabilidade do evento; e, por fim, e é o erro amostral (5,1%). Cabe ressaltar que o número mínimo de questionários para a explicação da população dentro dos parâmetros determinados acima é de 317 dados validos.

Assim, a pesquisa sondou 317 alunos de diferentes semestres e cursos de uma universidade particular no centro da cidade de São Paulo – São Paulo. A coleta de dados ocorreu casualmente em visitas aleatórias à instituição de ensino e por

⁶ Disponível em <<http://emec.mec.gov.br/>> Acesso em janeiro 2015.

meio do contato com os universitários que se sujeitaram. Sendo assim, a natureza do presente estudo é definida como sendo fundamental descritiva, conforme Marconi e Lakatos (2007), por abranger a descrição, registro, análise e interpretação do perfil educacional e sua influência no que concerne o uso de produtos financeiros de crédito.

Quanto à elaboração do perfil supradescrito aplicar-se-á o método de questionário, consoante Hill e Hill (2005), por meio da execução de uma investigação empírica. Assim, construiu-se um formulário com respostas quantitativas utilizando-se de perguntas não neutras com escalas de avaliação. O questionário mencionado foi formado por quatro grupos de perguntas e, posteriormente, testado e aplicado durante os meses de janeiro e fevereiro do ano de 2015.

Para tanto, dispôs-se, respectivamente, da gestão financeira como base para as perguntas aplicadas e da Escala de Likert como base para construção da escala de atitude que compõe parte do questionário. O modelo de gestão financeira pretendido pela análise compreende três perspectivas, respectivamente, o perfil de consumo financeiro, o perfil de conhecimentos financeiros e da alfabetização financeira como resultado de ambos e as escolhas relacionadas ao crédito dos indivíduos entrevistados. A Escala de Likert, por sua vez, permite a construção de escalas de atitude por meio de etapas, quais sejam, o estabelecimento de propostas, os valores de aprovação dos indivíduos em relação a tais propostas e, por fim, uma nota global referente à soma dos pontos individuais, conforme descrição de Marconi e Lakatos (2007, p.106), abaixo:

... proposições são apresentadas a certo número de pessoas que indicarão suas reações, anotando os valores 5, 4, 3, 2, 1, que corresponderão a: completa aprovação, aprovação, neutralidade, desaprovação incompleta, desaprovação.

Assim, o questionário proposto pelo presente trabalho foi elaborado com base no esqueleto, temática e conceitos estruturados por Kempson (2009), que compilou questionários de 18 países com o objetivo de estabelecer um padrão de pesquisas comum ao trabalho da OECD relacionado ao questionamento das bases de alfabetização financeira dos indivíduos.

Igualmente ao formulário proposto pela autora, após estabelecer as variáveis exploratórias de delineamento do perfil dos entrevistados, o questionário aplicado no presente estudo apresenta quatro partes, quais sejam, o perfil dos entrevistados

(composto por 8 perguntas), comportamento financeiro (composto por 12 perguntas), o conhecimento financeiro (composto por 9 perguntas) e o consumo financeiro de crédito (composto por 5 perguntas) dos entrevistados. O presente estudo, dentro da compreensão deste autor, limita-se a mensurar o comportamento dos indivíduos no que diz respeito aos diferentes graus de alfabetização financeira quando das situações apresentadas no questionário conforme abaixo descrito.

A primeira parte do questionário foi, inicialmente, subdividida em duas seções. A primeira permeia as práticas da gestão financeira pessoal dos entrevistados, enquanto que a segunda seção busca analisar as atitudes aplicadas na gestão financeira de seus recursos. As questões propostas na primeira parte do questionário são compostas por escalas de atitude e foram atribuídas com pontuações, respectivamente, de 1 à 5.

A segunda parte do questionário proposto, por sua vez, é composto por um único bloco de questões, sendo que, as três perguntas que a compõem identificam as atitudes relacionadas ao comportamento dos indivíduos em situações específicas, especificamente, a utilização de seguros, a formação de previdência e o controle de tributos.

A terceira parte do questionário subdivide o conhecimento financeiro em duas seções. Sendo que a primeira mapeia os conhecimentos chave dos entrevistados, relacionado a inflação, a relação risco e retorno e a taxa de juros. Por sua vez, a segunda subseção dispõe de seis perguntas especificamente relacionadas aos produtos financeiros de crédito.

A quarta e última parte do questionário, abrangem as decisões sobre os produtos financeiros de crédito, de acordo com sua relevância na composição da carteira de crédito delineada no capítulo 3 do presente estudo como sendo 80% dos produtos mais consumidos no período de 2013.

O tratamento estatístico dos dados obtidos foi realizado em três fases por meio dos *softwares* STATA 13, SPSS Statistics 19 e Excel 2010. Assim, fez-se uso da estatística descritiva, da análise fatorial exploratória e, finalmente, da regressão linear múltipla.

A estatística descritiva foi aplicada com o intuito de descrever o perfil médio dos estudantes analisados no que concerne ao gênero, idade, estado civil,

graduação, inclusão no sistema bancário e contratação de produto financeiro de crédito. Para tanto, foram utilizadas as medidas de tendência central, média e mediana e a medida de dispersão, desvio padrão.

A análise fatorial, segundo Kim e Muller (1978), pode ser utilizada, quando da existência de relações positivas entre variáveis, para explicar as correlações observadas nos constructos financeiros. Analogamente, Aranha e Zambaldi (2008) ressaltam a facilidade de interpretação que o método permite e pontuam, como objetivo principal da análise fatorial, a determinação da “menor quantidade possível de fatores que possam reproduzir a estrutura de correlações das variáveis observadas”.

Quando da aplicação do método, foram identificados três fatores preponderantes de representação da estrutura de correlações das variáveis obtidas no presente estudo, quais sejam, comportamento financeiro, comportamento financeiro específico e conhecimento financeiro. Os fatores foram padronizados respeitando a seguinte equação:

$$NP_F = \frac{N_{fi} - \bar{X}}{S} + 3$$

Onde NP_F é a nota padronizada do fator; N_{fi} representa a nota do fator do indivíduo; \bar{X} simboliza a média do fator; e S é o desvio padrão da amostra. Uma vez padronizada as notas dos fatores, tem-se que a alfabetização financeira é a soma das três notas de fatores, onde a soma máxima é 15 e foi corrigida para uma escala de 0 à 10, multiplicando-se o resultado por 2/3, conforme a seguinte equação:

$$AIF_i = 2/3 \cdot (ComportamentoFin + ComportamentoEspec + ConhecimentoFin)$$

Segundo Gujarati (2006), a análise de regressão linear por mínimos quadrados ordinários (MQO) é uma das formas mais conhecidas para estimar a variável dependente (Y), em função das variáveis independentes (X). Porém nas análises em que Y possui natureza qualitativa, a estimação é dada por uma probabilidade que Y aconteça.

E ao tratar modelos binários o autor supracitado menciona três modelos, quais sejam, o modelo de probabilidade linear, o modelo probit e o modelo logit. O modelo de probabilidade linear entre os três é o mais simples; os modelos logit e

probit, por sua vez, não apresentam diferenças claras, com a exceção de que as distribuições logísticas (logit) apresentam uma maior concentração nas caudas. Isto posto, optou-se para esta pesquisa a utilização do modelo probit.

O modelo a ser apresentado tem como objetivo estimar a probabilidade do indivíduo em tomar uma boa decisão quanto a utilização do crédito em função das seguintes variáveis binárias, que segundo Gujarati (2006), “indicam a presença ou a ausência de uma “qualidade” ou de um atributo” de forma que sua presença seja quantificada, artificialmente, com o valor 1 enquanto que à sua ausência é atribuído o valor 0, conforme a expressão abaixo:

$$TDC = \beta_0 + \beta_{renda_1} \cdot Renda_1 + \beta_{g\u00e9nero_2} \cdot G\u00e9nero_2 + \beta_{ec_3} \cdot EC_3 + \beta_{cdf_4} \cdot CDF_4 + \beta_{alf_5} \cdot ALF_5$$

Onde R = *Dummy* de renda do indivíduo, sendo por faixa (até R\$ 1449 = 1; entre R\$ 1.450 e R\$ 2.899 = 2; entre R\$ 2.900 e R\$ 7.249 = 3; entre R\$ 7.250 e R\$ 14.499 = 4; acima de R\$ 14.500 = 5). Ainda, G = *Dummy* de gênero do indivíduo, sendo ser masculino e feminino; EC = *Dummy* de estado civil, sendo considerado ter união estável ou não; CDF = *Dummy* de ter cursado disciplina de finanças, sendo sim ou não; e ALF = Índice alfabetização financeira, sendo a nota do indivíduo.

À partir destas variáveis formou-se a Tomada de Decisão de Crédito (TDC); sendo TDC = 1 quando o indivíduo toma boa decisão, ou seja, opta por operações de crédito menos custosas e sendo TDC = 0, quando opta por operações de crédito mais custosas.

Desta forma, Y representa a qualidade da tomada de decisão sobre crédito (1 = boa tomada de decisão e 0 = tomada de decisão ruim); R₁ é a variável qualitativa referente a faixa de renda do indivíduo; G₂ é o gênero masculino (0 feminino 1 masculino); EC₃ é a variável qualitativa referente ao estado civil (0 sem união estável 1 com união estável) ;CDF₄ é a variável qualitativa referente a existência de disciplinas financeiras no curso de graduação (0 sem disciplinas financeiras 1 com disciplinas financeiras); ALF₅ é a variável independente referente ao índice de alfabetização financeira dos indivíduos.

Gujarati (2006) ainda apresenta que para análise em probit é necessário supor a existência de um nível crítico ou limiar que será chamado de TDC*, de

maneira que se TDC for maior que TDC*, o indivíduo terá tomado uma má decisão e, em caso contrário, não. O limiar TDC* não é observável, porém, supondo que se distribui normalmente com a mesma média e variância, é possível estimar os parâmetros apresentados na equação anterior e também obter resultados sobre TDC* a partir da Função Distribuição Acumulada (FDA) normal padronizada como:

$$P_i = P(TDC = 1 \mid \beta_0, Renda_1, Gênero_2, EC_3, CDF_4, ALF_5) =$$

$$\Pr(TDC^* \leq TDC) = P(z \leq \beta_0 + \beta_{renda_1} \cdot Renda_1 + \beta_{gênero_2} \cdot Gênero_2 + \beta_{ec_3} \cdot EC_3 + \beta_{cdf_4} \cdot CDF_4 + \beta_{alf_5} \cdot ALF_5) =$$

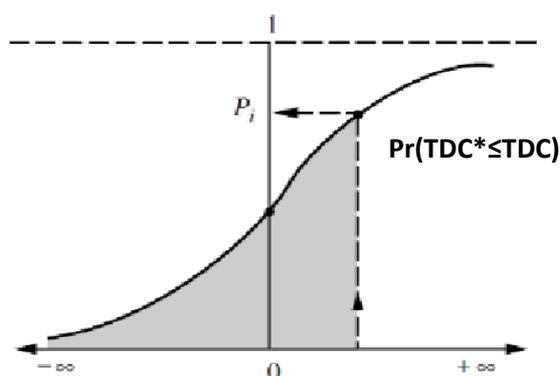
$$F(\beta_0 + \beta_{renda_1} \cdot Renda_1 + \beta_{gênero_2} \cdot Gênero_2 + \beta_{ec_3} \cdot EC_3 + \beta_{cdf_4} \cdot CDF_4 + \beta_{alf_5} \cdot ALF_5)$$

Onde $P(TDC = 1 \mid \beta_0, Renda_1, Gênero_2, EC_3, CDF_4, ALF_5)$ é a probabilidade que um evento aconteça dado um ou mais valores das variáveis explicativas e onde Z é a variável normal padronizada, isto é $Z \sim N(0, \sigma^2)$. F é a FDA normal padrão, que, no presente contexto é explicada da seguinte forma:

$$F(TDC) = \frac{1}{\sqrt{2\pi}} \int_{-\infty}^{TDC} e^{-\frac{z^2}{2}} * dz$$

Gujarati(2006) ainda apresenta P como a probabilidade que um evento aconteça. No presente estudo, a probabilidade de tomar uma boa decisão é medida pela área da curva normal padrão ente $-\infty$ até TDC como podemos observar no gráfico a seguir:

GRÁFICO 5 – MODELO PROBIT – DADO TDC LÊ-SE P_i.



Fonte: Adaptado de Gujarati (2006)

Pretende-se a partir desta metodologia, por fim, dispor e analisar os resultados obtidos por meio da aplicação do questionário proposto, da aplicação dos diferentes métodos propostos por este estudo e das argumentações cabíveis na próxima seção do presente capítulo.

5.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A presente seção se propõe a descrever, discutir e analisar os dados obtidos por meio da aplicação de questionários realizada em uma universidade no centro da cidade de São Paulo. Ainda, com a utilização das ferramentas estatísticas previamente mencionadas.

Quanto aos dados obtidos, quando da aplicação do questionário citado, dos 337 instrumentos recolhidos, 317 unidades foram considerados válidos e foram utilizados como amostra para análise do comportamento populacional citado. A estratificação foi respeitada quando da aplicação dos questionários, sendo que os 3 cursos de maior representatividade na população obtiveram similaridade com os da amostra, conforme a tabela 1, à seguir:

TABELA 1 – POPULAÇÃO VERSUS AMOSTRA

	AMOSTRA		POPULAÇÃO	
	QTD	%	QTD	%
Administração	138	44%	975	44%
Ciências Contábeis	75	24%	520	23%
Economia	41	13%	180	8%
Publicidade e Propaganda	12	4%	150	7%
Relações Internacionais	12	4%	150	7%
Relações Públicas	30	9%	150	7%
Secretariado Executivo	9	3%	100	4%
Total	317	100%	2225	100%

Fonte: Do autor.

Um dos critérios de análise da amostra é a presença de disciplinas de finanças na matriz curricular dos cursos abordados. Para tanto, foram considerados o ano sendo cursado e a faculdade de graduação. Sendo assim, 116 alunos (37% da amostra) já assistiram disciplinas relacionadas a finanças, enquanto que 201

alunos ainda não presenciaram disciplinas de finanças em seus cursos de graduação.

No que se refere aos fatores demográficos e socioeconômicos que caracterizam a amostra, o presente estudo elaborou tabelas, quando necessário, para uma melhor visualização da distribuição de características no grupo.

Com relação à faixa etária dos indivíduos, a maioria está na faixa compreendida entre 21 e 25 anos de idade, totalizando 142 alunos, dispostos na tabela 2, abaixo:

TABELA 2 – FAIXA ETÁRIA DA AMOSTRA

	AMOSTRA	
	QTD	%
Até 20 anos	108	34%
De 21 anos até 25 anos	142	45%
De 26 anos até 30 anos	40	13%
De 31 anos até 35 anos	11	3%
De 36 anos até 40 anos	10	3%
De 41 anos até 45 anos	2	1%
De 46 anos até 50 anos	3	1%
De 51 anos até 55 anos	1	0%
De 56 anos até 60 anos	0	0%
61 anos ou mais	0	0%
Total	317	100%

Fonte: Do autor.

Quanto ao gênero, a amostra é composta por 178 homens, representando 56%, e 139 mulheres, representando 44%. No que diz respeito ao estado civil, analisou-se diferentes dados, inicialmente dispostos na tabela 3, abaixo. Entretanto, para fins de análise, os dados foram posteriormente subdivididos em “união estável”, totalizando 292 indivíduos (92%) e “sem união estável”, com 25 indivíduos (8%).

TABELA 3 – ESTADO CIVIL DA AMOSTRA

	AMOSTRA	
	QTD	%
Solteiro	286	90%
Casado	25	8%
Divorciado	5	2%
Viuvo	1	0%
Total	317	100%

Fonte: Do autor.

No tocante a faixa de renda dos indivíduos entrevistados, 41% da amostra é composta por renda com faixa inicial de até R\$ 1.449,00. Ademais, a amostra se subdivide conforme disposto na tabela 4, a seguir:

TABELA 4 – FAIXAS DE RENDA DA AMOSTRA

	AMOSTRA	
	QTD	%
Até R\$ 1.449,99	129	41%
De R\$ 1.450,00 a R\$ 2.899,99	119	38%
De R\$ 2.900,00 a R\$ 7.249,99	56	18%
De R\$ 7.250,00 a R\$ 14.499,99	10	3%
R\$ 14.500 ou mais	3	1%
Total	317	100%

Fonte: Do autor.

No que diz respeito ao mercado financeiro, foram analisados a posse de conta corrente e a contratação de crédito. Dos entrevistados, 228 possuem conta corrente (91%) e 29 não (9%). Por sua vez, 130 estudantes utilizam alguma forma de crédito (41%) e 187 não (59%). Vale ressaltar que, no caso de estudantes, a existência de renda para indivíduos que não possuem conta corrente pode ser explicada por fatores como a assistência financeira dos pais, trabalhos informalmente realizados, dentre outros.

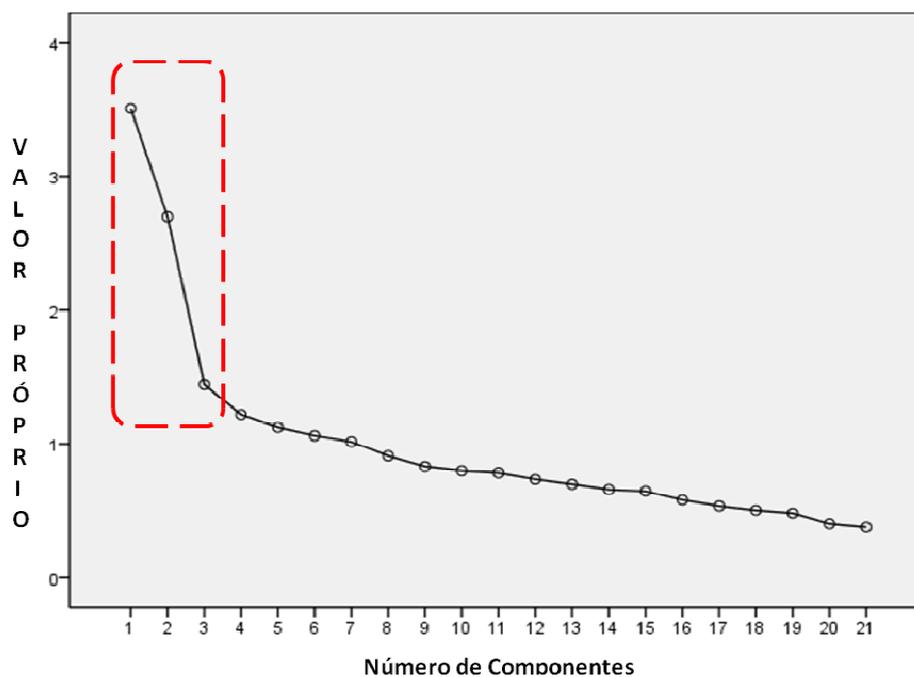
Foi realizada, então, a análise fatorial dos dados a fim de identificar os fatores que impactam a educação financeira dos estudantes agrupando as variáveis obtidas no questionário e determinando a construção do índice de educação financeira deles, por meio da correlação dos fatores compreendidos entre as perguntas 9 e 29. Por meio dos testes Kaiser Meyer Olkin (KMO) (acima de 0,6) e Bartlett (significância abaixo de 0,05), pode-se afirmar que a matriz de dados está apta à realização da análise fatorial, conforme tabela, abaixo:

TABELA 5 – TESTE KMO E BARTLETT

Kaiser Meyer Olkin	0,759
Teste de Esfericidade de	
Qui Quadrado Aproximado	1.156,92
Df	210
Sig	0,000

Fonte: Do autor.

Após a execução da análise fatorial, foram identificados 3 componentes que explicam a amostra, com correlação fraca entre si, de forma que quando se observa os valores próprios encontrados nestes, 36% da amostra é explicada, conforme pode-se observar no gráfico 6, abaixo:

GRÁFICO 6 – AUTOVALORES DA ANÁLISE

Fonte: Do autor.

Sendo assim, utilizando o método PCA (principal componente de análise), obteve-se a distribuição das variáveis, entre os três fatores, na tabela 6, a seguir:

TABELA 6 – MATRIZ DE EXTRAÇÃO DOS FATORES

QUESTÃO	F1 = COMPORTAMENTO FINANCEIRO	F2 = CONHECIMENTO FINANCEIRO	F3 = COMPORTAMENTO FINANCEIRO ESPECÍFICO
15	,728		
13	,702		
11	,642		
10	,608		
12	,528		
16	,509		
9	,419		
17	,405		
14	,388		
26		,682	
24		,671	
27		,652	
23		,595	
29		,583	
21		,543	
25		,537	
22		,394	
28		,380	
18			-,652
20			-,644
19			,580

Fonte: Do autor.

A partir da análise fatorial foi possível realizar a análise descritiva dos dados. Respeitando a disposição determinada entre os grupos de perguntas, obteve-se os as medidas de tendência central, media e mediana e o fator de dispersão, desvio padrão, de acordo com a tabela 7, à seguir:

TABELA – ESTATÍSTICA DESCRITIVA DA ESCALA DE COMPORTAMENTO FINANCEIRO

Seções	N°	Variáveis	Média	Mediana	Desvio Padrão
Gestão Financeira Pessoal	9	Qual o período abrangido em seu planejamento financeiro?	4,58	5,00	1,22
	10	Você controla os seus gastos com qual frequência?	4,63	5,00	1,16
	11	Você gasta mais do que ganha e acaba fazendo dívidas?	3,93	4,00	1,12
Atitudes Aplicadas na Gestão Financeira Pessoal	12	Eu costumo manter minhas contas e compromissos em dia...	4,38	4,00	0,88
	13	Sou impulsivo e compro coisas, mesmo quando eu, realmente, não posso comprá-las...	3,84	4,00	1,06
	14	Eu compro coisas usando crédito, ao invés de esperar e gerar poupança para isso...	3,55	3,00	1,32
	15	Estou organizado no que diz respeito à gestão do meu dinheiro...	3,76	4,00	1,08
	16	Quando gosto de algo, comparo preços antes de adquiri-lo...	3,89	4,00	1,24
	17	Você acha mais gratificante gastar seu dinheiro do que guardar para o longo prazo?	3,15	3,00	1,18
Fator - Comportamento Financeiro			4,54	4,77	1,00

Fonte: Do autor.

No que diz respeito ao comportamento financeiro dos estudantes analisados, estes apresentaram um bom desempenho, uma vez que a escala está entre 1 e 5 pontos, sendo que 1 simboliza comportamento financeiro muito ruim e 5 simboliza comportamento financeiro muito bom. As questões que envolvem a gestão financeira pessoal apontaram os melhores comportamentos financeiros no que se refere ao planejamento (média 4,58) e controle (média 4,63). O pior resultado, considerado como um comportamento mediano, refere-se a poupança de capital (média 3,15).

Quanto ao comportamento financeiro específico dos indivíduos, observou-se um comportamento entre ruim e mediano sendo que o fator de melhor resultado foi quanto a contratação de seguros diversos (média 2,74), conforme tabela 8, à seguir:

TABELA 8 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA DA ESCALA DE COMPORTAMENTO FINANCEIRO ESPECÍFICO

Seções	N°	Variáveis	Média	Mediana	Desvio Padrão
18		Você contrata seguros para sua proteção e de seus bens? (vida, automóvel, imóvel, contratos, viagem, cartão e etc)	2,74	2,00	1,46
19		Costumo controlar ou verificar quanto eu pago de imposto no meu dia-a-dia...	1,94	1,00	1,23
20		Você poupa parte da sua renda para aposentadoria?	2,18	1,00	1,50
Fator - Comportamento Financeiro			2,28	1,98	1,00

Fonte: Do autor.

No tocante ao conhecimento financeiro dos alunos, a análise constatou um comportamento consideravelmente bom. O conhecimento em produtos de crédito, como o imobiliário (média 4,11) e cheque especial (4,38) situou-se entre bom e muito bom. Por outro lado, produtos de aquisição de veículos como o *leasing* (média 1,91) e o CDC (média 2,91) destacaram as piores variáveis analisadas em conhecimento financeiro, conforme a tabela 9, a seguir:

TABELA 9 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA DA ESCALA DE CONHECIMENTO FINANCEIRO

Seções	Nº	Variáveis	Média	Mediana	Desvio Padrão
Conceitos Chaves (Inflação, Taxa de Juros e Risco e Retorno)	21	Determinado investimento apresentou um retorno de 10% ao ano, e considerando que a inflação no período foi de 20%, pode-se afirmar que o poder de compra atrelado ao capital investido diminuiu.	3,57	2,00	1,82
	22	João ganhou dez mil na loteria e, imediatamente aplicou todo o prêmio em caderneta de poupança. Pedro ganhou o mesmo valor, um ano depois, e fez o mesmo tipo de aplicação do prêmio. Pode-se afirmar que João ficará mais rico do que Pedro?	3,47	2,00	1,67
	23	Pode-se afirmar que distribuir os investimentos em diferentes títulos ou ativos é uma maneira de diminuir o risco	3,92	5,00	1,69
Conhecimento de Produtos Financeiros de Crédito	24	A principal função do crédito imobiliário é auxiliar a compra de imóveis com financiamento de longo prazo.	4,11	5,00	1,58
	25	O crédito consignado tem como garantia a folha de pagamento e, por isso, proporciona uma das menores taxas de crédito pessoal.	3,12	2,00	1,86
	26	O cheque especial é uma forma rápida de empréstimo para imprevistos, porém muito custosa.	4,38	5,00	1,40
	27	O cartão de crédito apresenta uma das maiores taxas de juros dentre os produtos de crédito à pessoa física.	3,86	5,00	1,73
	28	A não cobrança do IOF em uma operação de leasing acontece, pois ele não é considerado uma operação de crédito.	1,91	1,00	1,49
	29	O crédito direto ao consumidor (CDC) é uma forma de se financiar um carro, e uma das suas principais características é que o automóvel é colocado como garantia da instituição financeira até o final do contrato.	2,91	2,00	1,92
Fator - Conhecimento Financeiro			3,50	3,70	1,00

Fonte: Do autor.

A alfabetização financeira foi, a partir dos fatores encontrados e padronizados, classificada em uma escala de 0 à 10. As notas de classificação da alfabetização financeira foram subdivididas em faixas e reclassificadas de forma a delinear a no tocante às seguintes características:

- A: 7,5 à 10 – Alfabetização financeira alta;
- B: 5 à 7,5 – Alfabetizado financeiramente;
- C: 2,5 à 5 – Alfabetização financeira baixa;
- D: 1 à 2,5 – Ausência de alfabetização financeira.

Dado que todos os indivíduos entrevistados estão incluídos no contexto do ensino superior, não houve um conjunto de respostas tal que os indivíduos fossem caracterizados como do nível D, respectivamente, ausência de alfabetização financeira.

Foi realizada uma matriz com o intuito de estabelecer a capacidade de aplicação de conhecimento técnico e tomada de decisão dos indivíduos em relação ao grupo de classificação, em outras palavras, foi avaliado o nível de alfabetização financeira e a tomada de decisão em relação ao tipo de crédito contraído nas questões de número 30 à 34.

Sabemos que outros fatores como, a taxa de contratação, os custos de uso e etc. influem na decisão de consumo de produtos de crédito, mas, dados os produtos analisados e para fins de pesquisa, definiu-se que uma melhor decisão de consumo significa a opção por uma melhor e, conseqüentemente, menor custo.

Desta forma, entende-se que notas acima de 3 indicam um menor custo na contratação de crédito e portanto são consideradas uma boa tomada de decisão. Por outro lado, notas abaixo ou iguais a 3 indicam maior custo envolvido na contratação de crédito e portanto, pior tomada de decisão.

Dado que o foco do presente estudo compreende as questões concernentes aos produtos de crédito, a presente seção analisa as questões referentes ao tema, uma à uma.

**TABELA 10 – ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA E TOMADA DE DECISÃO
(QUESTÃO 30)**

		NÍVEL DE ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA									
		A		B		C		D		TT	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%
DECISÕES QUESTÃO 30	4 a 5	61	57,55%	70	38,67%	6	20,00%	0	0,00%	137	43,22%
	3 a 4	12	11,32%	10	5,52%	2	6,67%	0	0,00%	24	7,57%
	2 a 3	20	18,87%	52	28,73%	9	30,00%	0	0,00%	81	25,55%
	1 a 2	8	7,55%	25	13,81%	5	16,67%	0	0,00%	38	11,99%
	1	5	4,72%	24	13,26%	8	26,67%	0	0,00%	37	11,67%
TOTAIS		106	100,0%	181	100,0%	30	100,0%	0	0,0%	317	100,0%

Fonte: Do autor.

A questão 30 avalia a tomada de decisão sobre a necessidade de recursos imediatos. Enquanto que, em média, aproximadamente 50% das respostas denotaram uma tomada de decisão que optou por contração de baixo custo, destaca-se o nível de alfabetização financeira do grupo A como, aproximadamente, 70% de forma que o grupo a concentra uma maior parte da qualidade na tomada de decisão. Já no grupo percebe-se uma reação oposta, onde mais de 70% optaram por decisões de crédito de maior custo.

**TABELA 11 – ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA E TOMADA DE DECISÃO
(QUESTÃO 31)**

		NÍVEL DE ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA									
		A		B		C		D		TT	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%
DECISÕES QUESTÃO 31	4 a 5	74	69,81%	106	58,56%	11	36,67%	0	0,00%	191	60,25%
	3 a 4	5	4,72%	16	8,84%	2	6,67%	0	0,00%	23	7,26%
	2 a 3	13	12,26%	23	12,71%	5	16,67%	0	0,00%	41	12,93%
	1 a 2	11	10,38%	17	9,39%	5	16,67%	0	0,00%	33	10,41%
	1	3	2,83%	19	10,50%	7	23,33%	0	0,00%	29	9,15%
TOTAIS		106	100,0%	181	100,0%	30	100,0%	0	0,0%	317	100,0%

Fonte: Do autor.

A questão 31 examina a tomada de decisão sobre a contratação de crédito imobiliário. Neste caso, o estude obteve o melhor resultado de alfabetização em todos os grupos de classificação, onde aproximadamente 70% da amostra optou por escolhas de menor custo. Cabe ressaltar que ao observar, isoladamente, o grupo C apresentou a maior concentração (56%) em decisões que acarretam maior custo.

**TABELA 12 – ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA E TOMADA DE DECISÃO
(QUESTÃO 32)**

		NÍVEL DE ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA									
		A		B		C		D		TT	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%
DECISÕES QUESTÃO 32	4 a 5	47	44,34%	49	27,07%	6	20,00%	0	0,00%	102	32,18%
	3 a 4	20	18,87%	21	11,60%	8	26,67%	0	0,00%	49	15,46%
	2 a 3	25	23,58%	63	34,81%	9	30,00%	0	0,00%	97	30,60%
	1 a 2	3	2,83%	9	4,97%	1	3,33%	0	0,00%	13	4,10%
	1	11	10,38%	39	21,55%	6	20,00%	0	0,00%	56	17,67%
TOTAIS		106	100,0%	181	100,0%	30	100,0%	0	0,0%	317	100,0%

Fonte: Do autor.

A questão 32 considera a tomada de decisão sobre a substituição de produtos de maior custo pelos de menor custo. O desempenho geral da amostra (mais que 50%) demonstrou uma opção por operações de maior custo. O único grupo que obteve destaque quanto ao desempenho, nesta questão, foi o grupo A com 63% realizando trocas de menor custo. Por fim, quase 20% dos entrevistados não sabem o que fazer quando da necessidade ou possibilidade de troca do produto de crédito.

**TABELA 13 – ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA E TOMADA DE DECISÃO
(QUESTÃO 33)**

		NÍVEL DE ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA									
		A		B		C		D		TT	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%
DECISÕES QUESTÃO 33	4 a 5	92	86,79%	122	67,40%	15	50,00%	0	0,00%	229	72,24%
	3 a 4	6	5,66%	23	12,71%	4	13,33%	0	0,00%	33	10,41%
	2 a 3	1	0,94%	5	2,76%	3	10,00%	0	0,00%	9	2,84%
	1 a 2	3	2,83%	9	4,97%	2	6,67%	0	0,00%	14	4,42%
	1	4	3,77%	22	12,15%	6	20,00%	0	0,00%	32	10,09%
TOTAIS		106	100,0%	181	100,0%	30	100,0%	0	0,0%	317	100,0%

Fonte: Do autor.

A questão 33 avalia a tomada de decisão sobre o uso do cartão de crédito. Destaca-se, em geral, o desempenho das decisões de menor custo, representados por 82% da amostra.

**TABELA 14 – ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA E TOMADA DE DECISÃO
(QUESTÃO 34)**

		NÍVEL DE ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA									
		A		B		C		D		TT	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%
DECISÕES QUESTÃO 34	4 a 5	73	68,87%	77	42,54%	4	13,33%	0	0,00%	154	48,58%
	3 a 4	6	5,66%	9	4,97%	5	16,67%	0	0,00%	20	6,31%
	2 a 3	13	12,26%	48	26,52%	9	30,00%	0	0,00%	70	22,08%
	1 a 2	6	5,66%	31	17,13%	6	20,00%	0	0,00%	43	13,56%
	1	8	7,55%	16	8,84%	6	20,00%	0	0,00%	30	9,46%
TOTAIS		106	100,0%	181	100,0%	30	100,0%	0	0,0%	317	100,0%

Fonte: Do autor.

A questão 34 permeia situações imprevisíveis em planejamento e que ocasionam a tomada de crédito. Nesta questão, a amostra demonstrou que apenas 54% dos estudantes utilizam crédito de menor custo quando ocorrem imprevistos. Evidencia-se os grupos B e C com mais de 50% dos estudantes optando por crédito de maior custo em situações de imprevisto.

Para um melhor entendimento do comportamento da amostra, realizou-se o agrupamento das questões 30 à 34, aqui considerado desempenho médio sobre decisões de crédito, no intuito de avaliar a tomada de decisão sobre a contratação de crédito em geral.

**TABELA 15 – ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA E TOMADA DE DECISÃO
(DESEMPENHO MÉDIO)**

		NÍVEL DE ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA									
		A		B		C		D		TT	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%
DECISÕES SOBRE CRÉDITO	4 a 5	71	66,98%	64	35,36%	5	16,67%	0	0,00%	140	44,16%
	3 a 4	28	26,42%	78	43,09%	11	36,67%	0	0,00%	117	36,91%
	2 a 3	3	2,83%	28	15,47%	9	30,00%	0	0,00%	40	12,62%
	1 a 2	4	3,77%	5	2,76%	2	6,67%	0	0,00%	11	3,47%
	1	0	0,00%	6	3,31%	3	10,00%	0	0,00%	9	2,84%
TOTAIS		106	100,0%	181	100,0%	30	100,0%	0	0,0%	317	100,0%

Fonte: Do autor.

Existe uma relação positiva entre o nível de alfabetização financeira e as tomadas de decisão por créditos de menor custo por parte dos estudantes. No grupo A, em geral, 93% dos indivíduos optaram por escolhas de menor custo enquanto que, no grupo C, 53% das pessoas fizeram opções do mesmo tipo.

Para atender a equação de regressão a ser realizada, efetuou-se a correlação de Pearson, conforme tabela 16, abaixo:

TABELA 16 – CORRELAÇÃO DE PEARSON

	Decisão de crédito	Faixa de renda	Dmasculino	Dfeminino	Dunião estável	Dsem união estável	Dcursou finanças	Dnão cursou finanças	Alfabetização
Decisão de crédito	1	,230	,017	-,017	,056	-,056	,181	-,181	,406
Faixa de renda	,230	1	,135	-,135	,126	-,126	,216	-,216	,291
Dmasculino	,017	,135	1	-1,000	-,024	,024	,130	-,130	,220
Dfeminino	-,017	-,135	-1,000	1	,024	-,024	-,130	,130	-,220
Dunião estável	,056	,126	-,024	,024	1	-1,000	,118	-,118	,104
Dsem união estável	-,056	-,126	,024	-,024	-1,000	1	-,118	,118	-,104
Dcursou finanças	,181	,216	,130	-,130	,118	-,118	1	-1,000	,248
Dnão cursou finanças	-,181	-,216	-,130	,130	-,118	,118	-1,000	1	-,248
Alfabetização	,406	,291	,220	-,220	,104	-,104	,248	-,248	1

Fonte: Do autor.

Finalmente, aplicou-se a regressão no modelo probita fim de verificar a influência da variável independente quantitativa, índice de alfabetização financeira, e das variáveis independentes qualitativas, especificamente, faixa de renda, gênero, união estável e existência de disciplinas financeiras, sobre a tomada de decisão de crédito. Conforme mencionado anteriormente, aplicou-se o modelo probit por se tratar de uma variável dependente qualitativa e com isso obteve-se os seguintes dados, dispostos na tabela 17, abaixo:

TABELA 17 – REGRESSÃO MODELO PROBIT

*Significância de 5%

Variável	Coefficiente	P-Valor
Renda Até R\$ 1.449	0,950000	0,230
Renda de R\$ 1.450 Até R\$ 2.899	1,123000	0,118
Renda de R\$ 2.900 Até R\$ 7.249	1,270000	0,119
Renda de R\$ 7.250 Até R\$ 14.449	1,210000	0,210
Gênero (Masculino)	-0,214028	0,282
Estado Civil (União Estável)	-0,220471	0,540
Disciplina de Finanças (Cursou)	0,929879	0,669
Índice de Alfabetização		
Financeira	0,252640	0,002*
Constante	-1,479071	0,014*
R ²	0,077500	

Fonte: Do autor.

Observando os coeficientes que expressam a magnitude das variáveis, obtiveram-se resultados parecidos com os de trabalhos anteriores como os de Leal e Melo (2008) e Claudino Nunes e Silva (2009), em que as variáveis renda, ter cursado finanças e nível de alfabetização financeira apresentam impacto positivo sobre o consumo de produtos financeiros.

Na tabela 18, a seguir, é apresentada a análise de influência dos sinais sobre a probabilidade de tomar boas decisões de crédito:

TABELA 18 – ANÁLISE DE INFLUÊNCIA DOS SINAIS

 Probabilidade Diminui
 Probabilidade Aumenta

Variável	Análise de Sinal Pr (TDC)
Renda Até R\$ 1.449	
Renda de R\$ 1.450 Até R\$ 2.899	
Renda de R\$ 2.900 Até R\$ 7.249	
Renda de R\$ 7.250 Até R\$ 14.449	
Gênero (Masculino)	
Estado Civil (União Estável)	
Disciplina de Finanças (Cursou)	
Índice de Alfabetização Financeira	
Constante	

Fonte: Do autor.

Vale destacar que o sinal positivo do coeficiente da variável Índice de Alfabetização Financeira era esperado, pois, quanto maior a sua nota no índice, maior é a probabilidade do indivíduo tomar boas decisões ao consumir produtos de crédito. Ainda, alfabetização financeira é a única variável que demonstrou significância estatística para influenciar o resultado da tomada de decisão de crédito.

Porém, segundo Gujaratti (2006), os sinais são mais importantes que sua significância em uma análise binária e devem ser avaliados em um segundo momento. Como resultado desta análise, ressaltam-se para tomada de decisão de crédito os impactos positivos de alfabetização financeira, de renda e de ter cursado disciplina financeira e os impactos negativos do indivíduo ter uma união estável ou de ser do gênero masculino.

Quanto ao modelo, foram necessárias 4 interações para sua estimação e a aplicação do teste LR χ^2 apresentou um resultado de 18,01, sendo superior a 10. Em outras palavras, os coeficientes são conjuntamente significativos para explicar a probabilidade dos universitários tomarem boas decisões sobre consumo de produtos financeiros de crédito.

Ainda, de acordo com Hair et al (2005, p.264) “um melhor ajuste do modelo é apontado por uma menor diferença entre a classificação observada e a prevista e um indicador disso pode ser observado por um valor qui quadrado [com menos dois graus de liberdade] não significante”. Como no modelo apresentado, este valor é de 0,3739, logo, não há evidências para rejeitar a hipótese nula. Em outras palavras, o

modelo apresentado explica de forma adequada a tomada de decisão sobre o consumo de produtos financeiros de crédito. Além disso, obtivemos um R^2 0,0775, significando que apenas 7,75% da tomada de decisão de crédito é explicada pelo modelo apresentado.

5.1 MODELO PROPOSTO

Apresenta-se a seguir o modelo proposto com o objetivo de estimar a probabilidade de um tomar uma boa decisão ao consumir produtos financeiros de crédito, recordando que:

$$Fr_i = -1,4790 - 0,2140 * GÊNERO_2 - 0,2204 * EC_3 \\ + 0,9298 * CDF_4 + 0,2526 * ALF_5$$

$$P_i = F(Fr_i)$$

$$P_i = F(Fr_i) = \frac{1}{\sqrt{2\pi}} \int_{-\infty}^{Fr_i} e^{-z^2/2} dz$$

Os coeficientes estimados, apresentados anteriormente, indicam se a variável estudada influencia, aumentando ou diminuindo, a probabilidade do tomar uma boa decisão.

A seguir apresenta-se a probabilidade estimada de se tomar uma boa decisão ao consumir produtos financeiros de crédito de dois perfis distintos, sendo que o primeiro retrata um perfil ideal, ou seja, com a maior chance de tomar uma boa decisão e o segundo perfil, falho, retrata uma menor chance de tomar boa decisão de consumo. Para tanto, será utilizado como referência um indivíduo com as características para perfil ideal, descritas na tabela 19, a seguir:

TABELA 19 –CARACTERISTICAS DOS INDIVIDUOS

Variáveis	Renda	Gênero	Estado Civil	Cursou Finanças	Índice de Alfabetização Financeira	P(Fri)
Perfil Ideal	Faixa3 (R\$) 2.900 até 7.249	Feminino	Sem União Estável	Sim	Nota Máxima 10	99,2%
Perfil Falho	Faixa1 (R\$) 0 até 1.449	Masculino	Com União Estável	Não	Nota Mínima 0	16,8%

Fonte: Do autor.

Obteve-se que a probabilidade do indivíduo com o perfil ideal de tomar uma boa decisão é de 99,2% enquanto que a probabilidade do perfil falho tomar uma boa decisão é de 16,8%; já para um indivíduo com perfil médio observamos uma probabilidade de 89,7% de tomar uma boa decisão ao consumir produtos financeiros de crédito.

Na tabela 20, abaixo, observa-se o impacto das variáveis isoladamente sobre o indivíduo ideal:

TABELA 20 –IMPACTO PARCIAL DAS VARIÁVEIS

Variáveis	Renda	Gênero	Estado Civil	Cursou Finanças	Índice de Alfabetização Financeira	P(Fri)	Δ Perfil Ideal
Perfil Ideal	Faixa3 (R\$) 2.900 até 7.249	Feminino	Sem União Estável	Sim	Nota Máxima 10	99,2%	
Perfil Renda 1	Faixa1 (R\$) 0 até 1.449	Feminino	Sem União Estável	Sim	Nota Máxima 10	98,2%	-1,0%
Perfil Renda 2	Faixa2 (R\$) 1.450 até 2.899	Feminino	Sem União Estável	Sim	Nota Máxima 10	99,1%	-0,1%
Perfil Renda 4	Faixa4 (R\$) 7.250 até 14.499	Feminino	Sem União Estável	Sim	Nota Máxima 10	99,1%	-0,1%
Perfil Masculino	Faixa3 (R\$) 2.900 até 7.249	Masculino	Sem União Estável	Sim	Nota Máxima 10	98,6%	-0,6%
Perfil Com União Estável	Faixa3 (R\$) 2.900 até 7.249	Feminino	Com União Estável	Sim	Nota Máxima 10	98,6%	-0,6%
Perfil Cursou Finanças	Faixa3 (R\$) 2.900 até 7.249	Feminino	Sem União Estável	Não	Nota Máxima 10	99,0%	-0,2%
Perfil IAF Mínimo	Faixa3 (R\$) 2.900 até 7.249	Feminino	Sem União Estável	Sim	Nota Mínima 0	45,5%	-53,7%

Fonte: Do autor.

Destaca-se, em primeiro lugar, o impacto da alfabetização financeira sobre a probabilidade de o indivíduo tomar uma boa decisão com um patamar de variação

de -53,7pp. A segunda variável de maior impacto é a faixa de renda 1, que apresenta um impacto negativo de apenas -1,0pp.

6 CONCLUSÃO

O conhecimento financeiro dos indivíduos se subdivide em vida financeira, educação financeira, alfabetização financeira e cidadania financeira. Em seus diferentes níveis, é agregado e, portanto, cumulativo, pois compreende o uso de capital. Por sua vez a educação financeira é o conhecimento adquirido capaz de gerar resultado financeiro benéfico. Já a alfabetização financeira é a aplicação de tais conhecimentos e, por fim, a cidadania financeira envolve o exercício não somente de direitos financeiros, mas também das obrigações financeiras devidas.

A educação financeira, atualmente, permeia a vida de todos os indivíduos, tanto de forma direta quanto indireta. A variedade de produtos financeiros apresentada pelo mercado dispõe um novo alcance no que concerne ao acesso financeiro, incluindo os produtos de crédito. A maior utilização de produtos financeiros e o acesso ao sistema bancário e seus produtos, por sua vez, enseja uma maior possibilidade/necessidade de conhecimento destes produtos e da prática na vida financeira em si, propiciando o conhecimento agregado característico da alfabetização financeira e seus diferentes níveis de aplicação e responsabilidades.

Sendo assim, é de suma importância o entendimento da influência que a alfabetização financeira exerce sobre as tomadas de decisão relacionadas a produtos financeiros dos indivíduos. As pesquisas existentes apresentam extensas análises sobre a relação entre tal influência e as decisões de consumo e de investimento dos indivíduos, mas não auferem grandes considerações sobre os aspectos comportamentais e escolhas por diferentes produtos de crédito.

No que diz respeito ao crédito, a maior vantagem que a alfabetização financeira concede é a consciência das possibilidades de consumo, para uma maior administração dos recursos disponíveis ou pretendidos.

E com a intenção de entender essa relação o presente estudo pesquisou estudantes de uma universidade no centro da cidade de São Paulo em que a população total deste campus é a soma de 2.225 alunos. E a amostra compreendida neste trabalho foi de 317 questionários respondidos.

A partir desta amostra foi possível realizar a análise fatorial em que se observou 3 grupos preponderantes. Em que no questionário realizado foi adotado a

escala Likert, sendo de 1 à 5, onde 1 é considerado comportamento ruim e 5, excelente. O primeiro fator, comportamento financeiro obteve média de 4,54. O segundo, comportamento financeiro específico, teve média de 2,28. Já o terceiro fator, conhecimento financeiro obteve média de 3,50. Cabe ressaltar que os estudantes obtiveram um excelente desempenho no fator de comportamento financeiro que avaliou a gestão financeira pessoal e sua aplicação, enquanto que o pior desempenho foi relacionado à comportamento financeiro específico que avaliou a atitude dos universitário quanto a aposentadoria, aquisição de seguros e controle de impostos.

Ainda, o trabalho determinou, por meio da padronização dos 3 fatores encontrados, quatro faixas de capacidade de aplicação do conhecimento financeiro, especificamente, alfabetização financeira, conforme as seguintes particularidades:

- A: 7,5 a 10 – Alfabetização financeira alta;
- B: 5 a 7,5 – Alfabetizado financeiramente;
- C: 2,5 a 5 – Alfabetização financeira baixa;
- D: 1 a 2,5 – Ausência de alfabetização financeira.

Vale destacar que não houve indivíduos classificados como do nível D, e isso pode ser explicado por todos os entrevistados estarem incluídos no contexto do ensino superior, pois mesmo aqueles que não cursaram disciplinas relacionadas a finanças, obtiveram notas superiores a 2,5 no que tange a alfabetização financeira. A maioria dos estudantes apresentou um alto grau de alfabetização financeira, sendo respectivamente grupo A 33,44% da amostra; B 57,10% da amostra e C apenas 9,46% da amostra aproximadamente.

Quanto a análise da posição dos grupos em relação as decisões sobre produtos de crédito, podemos observar que as categorias imobiliário e cartão de crédito apresentaram uma melhor tomada de decisão por parte dos estudantes, porem as modalidades de aquisição quitação de dívidas de alto custo e utilização de crédito para imprevistos apresentaram os piores resultados por parte do universitários, produtos comumente adquiridos nas faixas etárias de universitários.

Além disso, a grande maioria dos alunos concentrados no grupo A opta por decisões de tomada de crédito de menor custo, o que corrobora a correlação positiva e moderada existente entre alfabetização financeira e tomada de decisão de crédito.

Ao realizar o modelo probit foi verificado que a alfabetização financeira apresentou impacto significativo sobre a probabilidade do universitário tomar uma boa decisão ao consumir produtos financeiros de crédito. O modelo revelou que a ausência de alfabetização financeira reduz pela metade a probabilidade de uma boa tomada de decisão de crédito quando comparado com um indivíduo que possui alta alfabetização financeira e isso deixa clara a relação da alfabetização financeira com o consumo de produtos financeiros de crédito.

O presente trabalho buscou compreender o comportamento financeiro dos indivíduos no que diz respeito ao uso de produtos financeiros de crédito. Em meio ao desenvolvimento da pesquisa, algumas perguntas pertinentes foram levantadas e servem como sugestão de pesquisas futuras a ser realizadas pelos interessados, quais sejam, o modelo de relação do consumo de produtos financeiros associado a finanças comportamentais, estudos de alfabetização financeira associados a contratação de produtos em situações reais e não somente das intenções de prática, estudos que avaliam a relação entre cidadania financeira e as decisões de consumo dos indivíduos, dentre outros que foram abordados aqui.

REFERÊNCIAS

AMADEU, J.R. **A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento**: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular. 2009. 91 f. Tese (Mestrado em Educação)-Universidade do Oeste Paulista. Presidente Prudente, São Paulo, 2009.

ARANHA, F.; ZAMBALDI, F. **Análise fatorial em administração**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

ARAUJO, F. A. L.; SOUZA, M. A. P. Educação financeira para um Brasil sustentável. Evidências da necessidade de atuação do Banco Central do Brasil em educação financeira para o cumprimento de sua missão. **Trabalhos para discussão**, Brasília, n. 280, p. 1-52, jun.2012.

ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de estabilidade financeira**. Brasília, 2014.

BROWN, K.A. **Examining the influence of financial literacy education on financial decision-making among graduate level health professional students**. Minneapolis, 2009.121f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Capella University, Minneapolis, 2009.

BERNI, M. T. **Operação e concessão de crédito**: os parâmetros para a decisão de crédito. São Paulo: Atlas, 1999.

BITENCOURT, C.M.G. **Finanças pessoais versus finanças empresariais**. 2005. 85 f. Dissertação (Mestrado em Economia)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2005.

BRASIL. ENEF Estratégia nacional de educação financeira. **O Brasil**: Implementando a estratégia nacional de educação financeira. São Paulo, 2013.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Instituições de educação superior e cursos cadastrados**. São Paulo: 2015.

BRITO, O.S. **Gestão de riscos: uma abordagem orientada a riscos operacionais.** São Paulo: Saraiva, 2007.

CAMARGO, C. **Planejamento financeiro pessoal e decisões financeiras organizacionais:** relações e implicações sobre o desempenho organizacional no varejo. 2007. 88 f. Dissertação (Mestrado em Administração)-Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, 2007.

CAPRONI, I.S. A importância da educação financeira na formação do educando. **Revista Pedagógica em Foco**, Iturama, MG, v.8, p. 48-55, set. 2013.

COLEMAN, L.D. **The influence of education in family finance upon the personal and professional lives of selected educators.** 1968. 308 f. Tese (Doutorado em Educação)-The University of Oklahoma, Norman, 1968.

CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B.; SILVA, F. C. Finanças Pessoais: Um Estudo de caso com Servidores Públicos. In: SEMEAD SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 12.,2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: FEA – USP, 2009. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/724.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

COSTA, C. M. e MIRANDA C. J. Educação financeira e taxa de poupança no Brasil. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador, v. 3, n. 3, p. 57-74, set./dez., 2013.

DUARTE, P.C.X. et al. Matemática financeira: um alicerce para o exercício da cidadania. **Nucleus**, Ituverava, SP, v. 9, n. 1, p. 195-208, abr. 2012

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE BANCO (FEBRABAN). **Relatório anual.** São Paulo, 2010.

GUJARATI, D.N. **Econometria básica.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

HILL, A.; HILL, M.M. **Investigação por questionário.** 2. ed.; 2. reimpr. Lisboa: Sílabo, 2005.

HUNG, A.A.; PARKER, A.M; YOONG, J.K. **Defining and measuring financial literacy.** Sept.2009. RAND Corporation, WorkingPaper WR-708.

HUSTON, S.J. Measuring Financial Literacy. **Journal of Consumer Affairs**, Lubbock, v. 44, n. 2, p. 296-316, Summer 2010.

KEMPSON, E. **Framework for the development of financial literacy baseline surveys**: a first international comparative analysis. Dec. 2009. OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions, No. 1. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/5kmdpz7m9zq-en>>. Acesso em: 07 dez. 2014.

KIM, J.O; MUELLER, C.W. **Introduction to factor analysis**: what it is and how to do it. Newbury Park: Sage, 1978.

LANA, J. et al. Um estudo sobre a relação entre o perfil individual e as finanças pessoais dos alunos de uma instituição de ensino superior de Santa Catarina. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 11., 2001, E CONGRESSO INTERNACIONAL IGLU, 2., 2011. Florianópolis: UFSC, 2011. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/25978>>. Acesso em: 25 maio 2014.

LEAL, D.T.B.; MELO, S. A contribuição da educação financeira para a formação de investidores. In: XI SEMEAD, 13., 2008, São Paulo. **Anais Eletrônicos...** São Paulo: FEA – USP, 2008. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/11semead/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=42>. Acesso em: 05 jun. 2014.

LEAL, D.T.B.; MELO, S. A contribuição da educação financeira para a formação de investidores. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 11., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: FEA- USP, 2008. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/11semead/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=42>. Acesso em: 05 jun. 2014.

LIZOTE, S. A.; SIMAS, J.; LANA, J. Finanças pessoais: um estudo envolvendo os alunos de ciências contábeis de uma instituição de ensino superior de Santa Catarina. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 9., 2012. Alagoas. **Anais Eletrônicos...** Alagoas: UNIFAL. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/artigos12/10216156.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2014.

_____; VERDINELLI, M.A. Educação financeira: um estudo das associações entre o conhecimento sobre finanças pessoais e as características dos estudantes universitários do curso de ciências contábeis. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 14., 2014. São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2014.

LUCCI, C.R. et al. A influência da educação financeira na decisões de consumo e investimentos do indivíduo. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO. 13., 2009. São Paulo. **Anais Eletrônicos...** São Paulo: FEA - USP. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/266.pdf>. Acesso em: 28 maio 2014.

LUDLUM, M. et. al. Financial Literacy and Credit Cards: A Multi Campus Survey. **International Journal of Business and Social Science**, [S. l.], v. 3, n. 7, Apr. 2010.

LUSARDI, A; MITCHELL, O.S. **Financial literacy and retirement preparedness: evidence and implications for financial education programs**. Dec. 2007. CFS Working Paper n. 2007/15. Disponível em: <<http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:hebis:30-38250>>. Acesso: 03 jun. 2014.

MAIA, E; CARNEIRO, M. **A reforma do ensino médio em questão**. São Paulo: Biruta, 2000.

MARONI NETO, R.. **Manual de gestão de finanças pessoais: um guia sobre planejamento financeiro, consumo, equacionamento de dívidas, formação de poupança e investimentos**. São Paulo: Iglu, 2011.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6. ed., 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, A.Q.N. **A formação da estratégia nacional de educação financeira do governo brasileiro**. 2013. 98 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Pública)-Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – ENSP, Rio de Janeiro, 2013.

MATSUMOTO, A. S. et al. Educação financeira pessoal: fator de influência no desempenho profissional. In: ENCONTRO NACIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. 13., 2012. **Anais eletrônicos...** Bento Gonçalves: ENANGRAD, 2012. Disponível em: <http://xxiiienangrad.enangrad.org.br/anaisenangrad/_resources/media/artigos/fin/10.pdf>. Acesso em: 27 maio 2014.

MATTA, R. C. B. **Oferta e demanda de informação financeira pessoal: o Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal**. 2007. 214 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2007.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Improving Financial Literacy**: Analysis of issues and policies. Paris, 2005.

PEREIRA, G.M.G. **A energia do dinheiro**. São Paulo: Gente, 2001.

PINHEIRO, R.P. **Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão**. São Paulo: Instituto San Tiago Dantas de Direito e Economia e Editora Peixoto Neto, 2008. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_090420-113416-244.pdf> Acesso em 02 junho 2014.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; CERETTA, P. S. Nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários: afinal, o que é relevante? **RECADM- Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, Campo Largo, PR, v. 12, n. 3, p. 315-334, 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/E6500/Downloads/Dialnet-NivelDeAlfabetizacaoFinanceiraDosEstudantesUnivers-4806586.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2014.

RUSSIA'S G20 PRESIDENCY; ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Advancing national Strategies for Financial Education**. A Joint Publication by Russia's G20 Presidency and the OECD. Paris, 2013.

SAITO, A.T. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil**. 2007. 152 f. Dissertação (Mestrado em Administração)- Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2007.

SANTOS, G. E. O. **Cálculo amostral**: calculadora on-line. [2015]. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, São Paulo, v. 41, n. 6, p.1121-1141, nov./dez. 2007.

SHEN, K.; GILES, D.E. **Rational exuberance at the mall**: addiction to carrying a credit card balance. June 2005. Econometrics Working Paper EWP0508. University of Victoria. Victoria.

THEODORO, F.R.F. **A educação econômico-financeira na formação profissional**: uma análise diagnóstico-propositiva. 2011. 121 f. Dissertação

(Mestrado em Tecnologia)-Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETPS, São Paulo, 2011.

VIEIRA, S.F.A. et al. Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do Paraná. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO. 12., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: FEA - USP, 2009. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/341.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

WISNIEWSKI, M.L.G. A importância da educação financeira na gestão das finanças pessoais: uma ênfase na popularização do mercado de capitais brasileiro. **Revista Intersaberes**, Curitiba, v. 6, n. 12, p.155-172, 2011.

ZERRENER, S.A. **Estudo sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda**. 2007. 67 f. Dissertação (Mestrado em Administração)-Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2007.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PROPOSTO

1. Qual a sua idade? *

- Até 20 anos
- De 21 anos até 25 anos
- De 26 anos até 30 anos
- De 31 anos até 35 anos
- De 36 anos até 40 anos
- De 41 anos até 45 anos
- De 46 anos até 50 anos
- De 51 anos até 55 anos
- De 56 anos até 60 anos
- 61 anos ou mais

2. Qual o seu sexo?*

- MASCULINO
- FEMININO

3. Qual o seu estado civil?

- Solteiro
- Casado
- Outro: _____

4. Em qual ano você está em sua universidade/faculdade?

- Não iniciou o ensino superior
- Ensino superior completo
- Cursando o 1º ano do ensino superior
- Cursando o 2º ano do ensino superior
- Cursando o 3º ano do ensino superior
- Cursando o 4º ano do ensino superior
- Outro: _____

5. Qual o curso você frequenta em sua universidade/faculdade?

- Administração
- Ciências Contábeis
- Economia
- Relações Internacionais
- Relações Públicas
- Secretariado Executivo
- Publicidade e Propaganda

6. Qual é a sua renda mensal?

- Até R\$ 1.449,99
- De R\$ 1.450,00 a R\$ 2.899,99
- De R\$ 2.900,00 a R\$ 7.249,99
- De R\$ 7.250,00 a R\$ 14.499,99
- R\$ 14.500 ou mais

7. Você possui conta corrente em seu nome?

- Sim
- Não

8. Você utiliza alguma linha de crédito e/ou financiamento?

- Sim
- Não

9. Qual o período abrangido em seu planejamento financeiro?

- Curtíssimo prazo
- Curto prazo
- Médio prazo
- Longo prazo
- Nunca Planejo

10. Você controla os seus gastos com qual frequência?

- Diariamente
- Semanalmente
- Mensalmente
- Anualmente
- Nunca

11. Você gasta mais do que ganha e acaba fazendo dívidas?

- Sempre
- Na maioria das vezes
- Na metade das vezes
- Na minoria das vezes
- Nunca

12. Eu costumo manter minhas contas e compromissos em dia...

- Sempre
- Na maioria das vezes
- Na metade das vezes
- Na minoria das vezes
- Nunca

13. Sou impulsivo e compro coisas, mesmo quando eu, realmente, não posso comprá-las...

- Sempre
- Na maioria das vezes
- Na metade das vezes
- Na minoria das vezes
- Nunca

14. Eu compro coisas usando crédito, ao invés de esperar e gerar poupança para isso...

- Sempre
- Na maioria das vezes
- Na metade das vezes
- Na minoria das vezes
- Nunca

15. Estou organizado no que diz respeito à gestão do meu dinheiro...

- Sempre
- Na maioria das vezes
- Na metade das vezes
- Na minoria das vezes
- Nunca

16. Quando gosto de algo, comparo preços antes de adquiri-lo...

- Sempre
- Na maioria das vezes
- Na metade das vezes
- Na minoria das vezes
- Nunca

17. Você acha mais gratificante gastar seu dinheiro do que guardar para o longo prazo?

- Sempre
- Na maioria das vezes
- Na metade das vezes
- Na minoria das vezes
- Nunca

18. Você contrata seguros para sua proteção e de seus bens? (vida, automóvel, imóvel, contratos, viagem, cartão e etc)

- Sempre
- Na maioria das vezes
- Na metade das vezes
- Na minoria das vezes
- Nunca

19. Costumo controlar ou verificar quanto eu pago de imposto no meu dia-a-dia...

- Sempre
- Na maioria das vezes
- Na metade das vezes
- Na minoria das vezes
- Nunca

20. Você poupa parte da sua renda para aposentadoria?

- Sempre
- Na maioria das vezes
- Na metade das vezes
- Na minoria das vezes
- Nunca

21. Determinado investimento apresentou um retorno de 10% ao ano, e considerando que a inflação no período foi de 20%, pode-se afirmar que o poder de compra atrelado ao capital investido diminuiu.

- Verdadeiro
- Falso
- Não sei responder

22. João ganhou dez mil na loteria e, imediatamente aplicou todo o prêmio em caderneta de poupança. Pedro ganhou o mesmo valor, um ano depois, e fez o mesmo tipo de aplicação do prêmio. Pode-se afirmar que João ficará mais rico do que Pedro?

- Verdadeiro
- Falso
- Não sei responder

23. Pode-se afirmar que distribuir os investimentos em diferentes títulos ou ativos é uma maneira de diminuir o risco.

- Verdadeiro
- Falso
- Não sei responder

24. A principal função do crédito imobiliário é auxiliar a compra de imóveis com financiamento de longo prazo.

- Verdadeiro
- Falso
- Não sei responder

25. O crédito consignado tem como garantia a folha de pagamento e, por isso, proporciona uma das menores taxas de crédito pessoal.

- Verdadeiro
- Falso
- Não sei responder

26. O cheque especial é uma forma rápida de empréstimo para imprevistos, porém muito custosa.

- Verdadeiro
- Falso
- Não sei responder

27. O cartão de crédito apresenta uma das maiores taxas de juros dentre os produtos de crédito à pessoa física.

- Verdadeiro
- Falso
- Não sei responder

28. A não cobrança do IOF em uma operação de leasing acontece, pois ele não é considerada uma operação de crédito.

- Verdadeiro
- Falso
- Não sei responder

29. O crédito direto ao consumidor (CDC) é uma forma de se financiar um carro, e uma das suas principais características é que o automóvel é colocado como garantia da instituição financeira até o final do contrato.

- Verdadeiro
- Falso
- Não sei responder

30. Considerando que você gastou 20% a mais do que ganha em um mês, você:

- Usa o cheque especial e se organiza para liquidar a dívida.
- Paga apenas o mínimo do cartão de crédito para compensar o gasto.
- Utiliza empréstimo consignado.
- Busca junto ao seu gerente uma melhor alternativa de quitar a dívida, antes que ela piore.
- Não sabe o que fazer.

31. Você deseja comprar um imóvel. Você:

- Considera o valor final da parcela a ser paga mais importante do que os juros envolvidos.
- Está mais preocupado com o valor de entrada do financiamento do que com os custos.
- Busca um financiamento com o maior prazo possível.
- Compara o financiamento do imóvel em pelo menos duas instituições.
- Não sabe o que fazer.

32. O seu gerente te ofereceu crédito consignado para cobrir o seu saldo devedor no cheque especial. Você:

- Espera mais um mês e tenta resolver as suas coisas.
- Continua utilizando cheque especial e fica desapontado com a tentativa do seu gerente de venda de mais um produto.
- Paga a dívida com cartão de crédito a fim de reorganizar suas finanças.
- Aceita a proposta a fim de reorganizar suas finanças.
- Não sabe o que fazer.

33. Quanto à utilização de cartões de crédito. Você:

- Paga mensalmente o saldo integral da fatura do cartão.
- Paga o mínimo obrigatório e quando sobra paga um pouco mais.
- Paga sempre o mínimo da fatura do cartão.
- Paga sempre o saldo integral, mas se extrapola um pouco nos gastos, paga o mínimo da fatura e compensa nos meses seguintes.
- Não sabe o que fazer.

34. Ocorreu um imprevisto e você teve um gasto extra. Você:

- Utiliza o cheque especial.
- Passa o cartão de crédito e mês que vem você pensa nisso.
- Faz um pequeno empréstimo para se reorganizar.
- Utiliza o recurso de poupança e programa a reposição deste valor, no menor prazo possível.
- Não sabe o que fazer.